

ESIO BELTRÃO DA SILVA JUNIOR

**MEIO AMBIENTE NAS ATIVIDADES FINANCEIRAS: O PAPEL
DOS BANCOS PRIVADOS**

São Paulo - SP
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ESIO BELTRÃO DA SILVA JUNIOR

**MEIO AMBIENTE NAS ATIVIDADES FINANCEIRAS: O PAPEL
DOS BANCOS PRIVADOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade Senac de Educação Ambiental, para obtenção do grau de Mestre em Meio Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho: Sistema Integrado de Gestão.

Orientador: Prof. Dr. Jacques Demajorovic

São Paulo - SP
2006

ESIO BELTRÃO DA SILVA JUNIOR

**MEIO AMBIENTE NAS ATIVIDADES FINANCEIRAS: O PAPEL
DOS BANCOS PRIVADOS**

BANCA QUALIFICADORA

Aluno: Esio Beltrão da Silva Junior

Título: Meio Ambiente nas atividades financeiras: o papel dos bancos privados

A banca examinadora dos Trabalhos de conclusão em sessão pública

realizada em __/__/____, considerou o candidato:

() aprovado

() reprovado

1) Examinadora _____

2) Examinador _____

3) Presidente _____

Junior, Esio Beltrão da Silva

Meio Ambiente nas atividades financeiras: o papel dos bancos privados/ Esio Beltrão da Silva Junior - São Paulo, 2006. 107 f.

Trabalho de conclusão de curso – Centro Universitário SENAC – Faculdade de Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Jacques Demajorovic

1. Ecoeficiência 2. Gestão Ambiental 3. Impacto Ambiental 4. Serviços e Bancos

AGRADECIMENTO

A todos que contribuíram na realização desse trabalho, me oferecendo paciência, esforço, apoio, indicações, ajuda, enfim, tudo é necessário para se atingir o sucesso.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar a inserção da variável ambiental na execução das suas atividades diárias e nos processos de concessão de crédito dos bancos no Brasil.

Para atingir esse objetivo realizou-se uma pesquisa qualitativa e quantitativa junto a algumas agências e áreas administrativas de dez grandes bancos, o que permitiu uma análise real da problemática ambiental em diversos níveis das instituições bancárias.

Em contraste com o que é apresentado pelos bancos na mídia, baseado numa série de esforços no sentido de melhorar seu relacionamento com toda a sociedade através da adoção de ações vinculadas à responsabilidade social e meio ambiente, os resultados dessa pesquisa apontaram para uma grande distinção entre os setores administrativos e as agências dos grandes bancos. Tal constatação evidencia uma diferenciação no grau de conhecimento da problemática ambiental, bem como um baixo envolvimento dos seus gestores nessa questão, indicando a necessidade do aprofundamento da variável ambiental nos processos de tomada de decisão setor bancário.

PALAVRAS-CHAVE:

Ecoeficiência, Gestão Ambiental, Impacto Ambiental, Serviços e Bancos.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze insertion of the ambient variable in the execution of its daily activities and in the processes of concession of credits of the banks in Brazil.

To reach this objective one became fulfilled a qualitative and quantitative research nest to some agencies and administrative areas of ten great banks, what it allowed a problematic real analysis of the ambient one in diverse level of the banking institution.

In contrast with what it is presented by the banks in the media, based on a series of efforts in the direction to improve its relationship with all the society through the adoption of entailed actions to the social responsibility and environment, the results of this research had apointed with respect to a great distinction between the administrative sectors and the agencies of the great banks. It's make a evidence differentiation in the degree of problematic knowledge of the ambient one, as well as a low involvement of this managers in this question, indicatin the necessity of the deepening of the ambient variable in the processes of decision taking banking sector.

KEY WORDS:

Ecoefficiency, Environmental Administration, Environmental Impact, services and Banks.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
1.1 Identificação do problema	4
2 OS BANCOS E O MEIO AMBIENTE	12
2.1 Histórico e a evolução econômica dos bancos	12
2.2 A questão ambiental e os Bancos	20
2.2.1 A concessão de Crédito e a variável ambiental	20
2.2.2 Protocolo Verde	28
2.2.3 Princípios do Equador	30
2.2.4 Impactos produzidos na operação do Setor Financeiro	31
2.2.5 Exemplos de Gestão Ambiental em Instituições Bancárias no Brasil	47
2.3 Análise crítica	50
3 METODOLOGIA	55
4 RESULTADOS	60
4.1 Análise e discussão dos resultados	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
BIBLIOGRAFIA	89
APÊNDICE	94
ANEXO A	97
ANEXO B	101

1. INTRODUÇÃO

1.1. Identificação do Problema

O tema meio ambiente torna-se relevante diante da complexidade do mundo dos negócios e do avançado estágio de degradação ambiental em todo o planeta. Está claro que não bastam certificações por normas ambientais; é preciso que se discutam um conjunto de soluções para os problemas que afetam a sociedade contemporânea e ameaçam os direitos das futuras gerações.

Segundo Demajorovic (2003), o discurso empresarial até meados da década de 80, norteava-se por uma resistência a qualquer tentativa de minimizar os impactos socioambientais decorrentes das atividades produtivas, destacando-se o que se referia aos problemas de degradação ambiental. Os dirigentes empresariais por vezes argumentavam que os custos adicionais incidentes sobre as empresas, resultantes dos gastos em controle da poluição, por exemplo, comprometeriam a lucratividade, a competitividade e a oferta de empregos, gerando, portanto prejuízos à sociedade, ou seja, os trabalhadores, acionistas e consumidores.

Ainda segundo o autor, a mobilização em torno da questão ambiental multiplica-se: os debates sobre essa temática em diversos países são constantes e o setor público, por meio de suas agências ambientais aprimora a legislação ambiental convertendo os danos e as ameaças ao meio ambiente em custo direto para os negócios. Além disso, a exposição na mídia de tragédias ambientais provocadas por grandes empresas coloca o setor industrial como alvo prioritário das manifestações e dos protestos de grupos ambientalistas.

Neste cenário, as organizações vivenciam momentos de profundas mudanças na busca de novos modelos estratégicos de competitividade.

Segundo Kinlaw (1997), algumas organizações já possuem uma tradição em responsabilidade social, outras reconhecem que sua posição competitiva está diretamente relacionada ao seu nível de resposta a esse desafio. Sejam quais forem as causas imediatas a serem respondidas e seja qual for o nível e a rapidez com que possam responder, todas as empresas, de uma forma ou de outra ou mais cedo ou mais tarde, terão que responder a esse desafio.

Ainda nesse contexto, os anos 90 se caracterizam por uma grande preocupação ambiental que deixa de ser vista como domínio exclusivo dos ecologistas e passa a ser incorporada nas preocupações de toda a sociedade. Frente a essa questão surgem ações oriundas dos vários segmentos empresariais, sociais e econômicos, que buscam seu próprio desenvolvimento na questão ambiental.

Nessa área, o setor industrial é o que tem apresentando maior grau de desenvolvimento. É clara a relação destas organizações com os problemas de impactos ambientais e isto explica o porquê do setor industrial ter incorporado primeiramente algumas ferramentas de gestão ambiental em suas ações, permitindo a percepção de uma evolução dessa preocupação nos processos de tomada decisão de várias empresas.

Entretanto, quando se trata do setor de serviços na sua mais variada gama de atividades, percebe-se que a questão ambiental apresenta ainda uma característica bastante tímida. Dentro desse segmento e contemplando as instituições financeiras, o tema meio ambiente parece não fazer muito sentido, visto que suas atividades aparentemente estão muito distantes dos impactos ambientais usualmente conhecidos.

Na prática ocorre justamente o contrário. Há de se enfatizar que os bancos também são responsáveis por grandes impactos socioambientais. O presente trabalho busca justamente analisar a questão ambiental junto ao setor financeiro, representado nesse estudo através dos bancos comerciais.

De acordo com Gartner (1999), a solução dos problemas ambientais requer a participação de todos os elementos da sociedade e especialmente dos setores empresariais. Na sua visão destaca-se a importância do setor financeiro, que por ser o grande financiador da atividade econômica pode contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade do meio ambiente exigindo dos seus clientes, potenciais degradadores, a adoção de medidas de controle ambiental.

A importância da atividade bancária no setor ambiental fica evidenciada quando se faz uma análise do mundo dos negócios. A realização da atividade diária e a implementação de ações de gestão geram impactos diretos em questões sociais e ambientais e isso fica ainda mais evidente quando é analisada sua relação com seus “*stakeholders*”, ou seja, fornecedores, funcionários e a própria comunidade que cerca os bancos. Abrem-se assim oportunidades de se estabelecer novos negócios e novos padrões de relacionamento.

Essas novas oportunidades de negócios e relacionamentos são tratadas por Gartner (1999). Segundo ele, para que os bancos possam exigir dos seus clientes um desempenho ambiental satisfatório necessita-se integrar a variável ambiental nas metodologias de análise de seus projetos.

Zaguetto (2002), aponta que a preocupação com o meio ambiente vem alterando profundamente o estilo de administrar sendo que essa alteração também pode ser aplicada nas atividades bancárias. A questão ambiental tem ocupado lugar de destaque nessas ações, com o objetivo de mostrar para a sociedade em geral, a preocupação da instituição com a questão ambiental.

Na questão da concessão de crédito, ainda segundo Zaguetto (2002), as instituições financeiras ganham um papel fundamental no cumprimento da política ambiental quando passam a atuar de forma preventiva, desde a análise inicial do projeto até a sua efetiva implementação.

A atividade do setor bancário pode atuar de forma a complementar a ação que vem sendo adotada por empresas do setor produtivo que já utilizam práticas

ambientalmente saudáveis, muitas vezes antecipando-se a exigências e normas legais, em resposta, por exemplo, ao aumento da conscientização da sociedade.

Frente às questões ecológicas, as instituições financeiras também podem dar a sua contribuição. Para Zaguetto (2002), muitos bancos privados podem colaborar para o desenvolvimento sustentável pela promoção de atividades produtivas que propiciem a conservação do meio ambiente. Isso pode ser feito pelo estímulo à adoção de itens de proteção e controle ambiental e dessa forma contribuindo para a competitividade entre as empresas; com isso, os bancos cumprem parte seu papel para com a natureza e em relação à sociedade.

Esta pesquisa, no entanto, não se limita ao aspecto do financiamento e do crédito. Essa análise, além de se concentrar no papel dos bancos como agentes de financiamento uma vez que concede crédito aos mais variados segmentos econômicos, também tratará o banco como consumidor de recursos naturais na realização de suas atividades diárias, tanto em sua rede de agências como nas suas áreas administrativas.

Afinal, considerando o grande número de agências bancárias presentes no país, o número de funcionários envolvidos e os milhões de clientes do segmento, alguns insumos e recursos passam a representar um impacto socioambiental significativo. É o caso, por exemplo, do consumo de papel, onde dados do *Guia de Eco-eficiência para Serviços Bancários* (2005) indicam que o consumo médio de papel por funcionário varia de 150 a 300 kg por ano. Nesse cenário, a ausência de qualquer iniciativa para diminuir o consumo deste recurso, representará um impacto crescente na degradação ambiental frente à produção e destinação de papel.

Já é possível perceber que alguns bancos vêm buscando um alinhamento com a questão ambiental, adequando suas ações as exigências do mercado mundial. Um dos objetivos disso é amenizar a imagem negativa, formada ao longo de muitos anos, de explorador de capital e de recursos.

Nesse sentido, algumas iniciativas como redução de consumo, reciclagem de materiais, coleta seletiva e destinação de resíduos, análise ambiental na concessão de crédito e o desenvolvimento de produtos e serviços voltados à questão ambiental estão passando a fazer parte do dia a dia dos bancos.

Um outro fator que tem levado os bancos a valorizarem não só a questão ambiental, mas também ações relacionadas a responsabilidade social é a acirrada concorrência do setor. Como a diferença entre os produtos oferecidos pelos bancos é muito pequena, é necessário lançar mão de alguns diferenciais que possam conquistar a simpatia e até mesmo a fidelidade de seus clientes atuais e futuros. Conclui-se assim, que as ações ambientais e sociais adotadas hoje por alguns bancos, muito em breve se tornarão obrigatórias a todos eles.

Isso já vem sendo demonstrado por algumas instituições. Segundo a Febraban – Federação Brasileira de Bancos, de acordo com uma pesquisa realizada em 2004. Nessa pesquisa foi apontado que os programas e projetos de gerenciamento do impacto ambiental receberam R\$ 16,4 milhões para seu desenvolvimento, por parte de 33,3% dos bancos abordados; esses recursos foram aplicados em ações variadas que vão desde a educação e conscientização sobre o tema ambiental até a adoção de práticas e inovações tecnológicas que permitem reduzir o consumo de recursos naturais como água e energia.

Ainda segundo a Federação, 36,7% dos bancos da pesquisa mantinham empregados especializados na análise de riscos e oportunidades ambientais e 30,3% integravam comitês e/ou conselhos locais ou regionais para discutir, com governos e comunidades, questões que se relacionavam ao tema. Além disso, o desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental, contemplando a adoção de objetivos e metas, alocação de recursos, preparação de empregados e auditoria interna são mantidos por 6,1% dos bancos; existem ainda instituições que não formalizaram o sistema de gestão, mas adotam critérios, procedimentos, controles e metas baseados nesse conceito.

Outro número que chama a atenção: 21,2% dos bancos firmaram compromissos com a preservação dos recursos naturais, e isso inclui treinamentos sobre temas socioambientais e outros temas relacionados com a gestão de negócios. A educação ambiental é a preocupação de 54,4% dos bancos, representada através do desenvolvimento de campanhas que atingem tanto o público interno como externo.

Nessa pesquisa, outro dado apontado trata da preservação da biodiversidade. Dessas instituições, 27,3 % apóiam ou desenvolvem projetos de conservação de áreas protegidas e/ou possuem programas de proteção a animais ameaçados.

A partir destes dados, verifica-se que existe sim um grau de incorporação de variáveis ambientais na atuação das instituições financeiras. No entanto, o número de estudos nesta área é ainda bastante limitado, evidenciando a necessidade de novos estudos que possibilitem avaliar com mais clareza quais são os principais avanços e limites na incorporação da variável ambiental nos processos de tomada de decisão dos bancos.

Nesse contexto, o objetivo central deste trabalho é avaliar algumas das principais ações do setor financeiro para incorporação dessa variável na concessão de crédito e na gestão dos recursos naturais de forma a evidenciar seus avanços e limites.

Além desse, destacam-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o grau de conhecimento da temática ambiental dentro das instituições bancárias, percebidas por seus colaboradores;
- Verificar a efetividade de algumas metodologias das estratégias de gestão ambiental adotadas;
- Verificar alguns dos impactos gerados pela atividade bancária;

- Apresentar alguns dos critérios adotados pelos bancos para a concessão de créditos;
- Identificar algumas das oportunidades ambientais do segmento bancário;
- Comparar os resultados levantados com a pesquisa realizada pela Febraban.

A partir dos objetivos propostos, espera-se como resultado final uma análise que permita identificar o nível de conscientização e as ações de responsabilidade socioambiental dessas instituições.

De forma a alcançar tais objetivos, o presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma:

No primeiro capítulo, são apresentadas as características principais do trabalho, contemplando a caracterização do problema, o objeto do estudo, a justificativa, os objetivos e a estrutura do trabalho.

O Capítulo 2 aborda a problemática da questão ambiental relacionada aos bancos por meio da análise da evolução histórica da atividade bancária no Brasil, buscando apresentar a relação entre o crescimento dos bancos e o desenvolvimento econômico. Também será tratado o papel dos bancos frente à questão ambiental, apresentando alguns dos impactos ambientais causados pelos serviços prestados, seja por sua atuação direta, seja pelo repasse desse impacto para os seus *stakeholders*.

Ainda nesse capítulo, é apresentada uma análise do comportamento dos principais bancos comerciais brasileiros, mostrando algumas de suas ações de controle dos impactos ambientais e realizando uma reflexão crítica dessas ações, procurando apresentar como a questão ambiental pode se tornar um diferencial nas atividades do segmento bancário através de conceitos de ecoeficiência.

O Capítulo 3 apresenta a metodologia adotada para o desenvolvimento do presente trabalho, contemplando a análise bibliográfica e detalhando a realização da pesquisa de campo que subsidia os resultados desse trabalho.

No Capítulo 4 são relatados os resultados da pesquisa realizada e as características das organizações pesquisadas, contemplando uma análise dos dados obtidos e uma breve interpretação desses resultados.

No Capítulo 5, são apresentadas as conclusões e as considerações finais, bem como as contribuições para o tema, identificadas no desenvolvimento do presente trabalho.

2. OS BANCOS E O MEIO AMBIENTE

Nesse capítulo, procura-se abordar a evolução histórica da atividade bancária no Brasil, analisando a relação entre o crescimento dos bancos e o desenvolvimento econômico do país, bem como o papel dos bancos frente à questão ambiental. Apresentam-se também alguns dos impactos ambientais causados pelos serviços prestados pelos bancos, seja por sua atuação direta, seja pelo repasse desses impactos para seus *stakeholders*.

Ainda nesse capítulo, serão apresentadas algumas ações do setor bancário em relação ao controle dos impactos ambientais, realizando uma reflexão crítica dessas ações e procurando apresentar como a questão ambiental pode se transformar em um diferencial na execução das atividades do segmento bancário através de instrumentos de gestão ambiental.

2.1 Histórico e a evolução econômica dos bancos

Desde seu surgimento, a atividade bancária tem ocupado um importante lugar tanto no segmento político como social. A seguir apresenta-se um relato da importância desse segmento no desenvolvimento econômico no Brasil.

O sistema bancário sempre teve grande influência sobre os mais variados setores da sociedade; influência essa que muitas vezes extrapola os limites da área financeira, repercutindo em transformações sociais e políticas.

Segundo Pereira (2004), os bancos como intermediários do capital ocupam lugar estratégico na estrutura capitalista. Os banqueiros concentram uma grande capacidade discricionária sobre o fluxo de recursos financeiros nas principais operações econômicas, produzindo ou impedindo transformações no sistema econômico com reflexos condicionantes sobre o Estado e a sociedade como um todo.

Ainda segundo o autor, para os bancos fluiria todo o dinheiro circulante na economia, armazenando-se os fundos de reserva e poupança de todas as classes, contemplando desde pequenas somas a grandes volumes; assim, formam o poder financeiro, sendo que a dinâmica da concessão de crédito e a capacidade de emitir títulos conferem aos bancos o privilégio de “fabricar dinheiro”.

Para Bouzan (1972), os bancos comerciais ocupam posição de destaque entre as instituições financeiras em virtude do papel que desempenham na área produtiva como intermediários financeiros e no campo da política monetária como instrumentos de manipulação da oferta de meios de pagamento.

No Brasil, as instituições bancárias transformaram-se em grandes fornecedores de crédito para financiar empresas emergentes, alimentando assim com seus recursos, o desenvolvimento de vários setores da economia.

Com essa atuação, a influência das instituições bancárias passou a repercutir em toda formação econômica do país, através do financiamento do próprio Estado, de fortes grupos econômicos, de projetos de desenvolvimento e controle de crises financeiras. Segundo Pereira (2004), os bancos sempre estiveram na berlinda dos grandes acontecimentos históricos.

Essa opinião é compartilhada por Fontenla (1977), para o autor os bancos acompanham estreitamente os acontecimentos históricos. No Brasil, a primeira tentativa de criação de um banco ocorreu no Maranhão em 1799, mas somente em 1808 é que surge o Banco Central do Brasil, o primeiro banco brasileiro.

O período de 1838 a 1851 é caracterizado pelo surgimento de bancos provinciais e privados. O primeiro banco estrangeiro, o *London & Brazilian Bank* instala-se no país em 1863, caracterizando o surgimento de capital estrangeiro destinado a financiar o desenvolvimento do país.

Em 1866, ocorre uma grande transformação no setor bancário. A emissão do papel moeda, que antes cabia as instituições bancárias, passa a ser centralizada pelo Tesouro Nacional representado pelo Banco Central do Brasil. Retira-se assim, um grande poder antes concedido as instituições bancárias.

Cabe salientar, segundo dados da Febraban (2002), que no ano de 1877, o Brasil já contava com 17 bancos em operação.

Em 1933, com o crescimento da atividade industrial no país a atividade bancária também se acentua, porém, segundo Vidigal (1979), nessa época a atividade bancária era muito limitada. Apenas se iniciava a industrialização do País, até então descrito como essencialmente agrícola. Aos bancos coube então a missão de transformar essa economia, através do financiamento direto de sua industrialização.

Ainda segundo o autor, o Brasil tem testemunhado um desenvolvimento bancário marcado por fortes transformações estruturais e operacionais.

O desenvolvimento do setor bancário vem-se esboçando entre nós desde 1945 quando o número de bancos passou a declinar em consequência de uma grande quantidade de incorporações e fusões.

Nesse período, observou-se uma redução no número de bancos em operação e uma certa centralização de operações e créditos concedidos. Mesmo assim, os bancos apresentaram uma grande rentabilidade dos seus ativos monetários e o setor começou a ganhar destaque por seus altos lucros.

Os grandes conglomerados financeiros surgiram no país em 1964, época em que se observou uma nova fase de concentração no setor bancário. Esses grandes conglomerados recém formados iniciaram um plano de redistribuição e melhoria de eficiências das agências bancárias.

Os anos 70 foram caracterizados por um período de expansão do sistema bancário privado. O volume de prestação de serviços das instituições aumentou,

assim como aumentou também o volume de empréstimos estrangeiros. Como consequência desses aumentos, teve-se uma elevação do grau de subsídio do desenvolvimento econômico.

No período de 1970 a 1980, o número de bancos em operação tiveram um ligeiro aumento. A formação dos conglomerados financeiros se intensificou com o aumento das fusões, incorporações e do crescimento do número de agências.

No decorrer dos anos 80, o setor bancário sofreu com o elevado grau de endividamento financeiro, tanto interno como externo. Segundo Pires (1997), a necessidade de recursos e a profunda crise econômica apontaram para a necessidade de uma reestruturação na prestação de serviços e na quantidade de bancos.

Essa reestruturação surgiu no final da década de 80 com a busca do setor por novas tecnologias. Isso trouxe novos investimentos na área de informática e, com o apoio do setor para o desenvolvimento de novas tecnologias, tornou-se um dos setores mais desenvolvidos. O preço pago por toda essa informatização e desenvolvimento foi o crescimento das taxas de desemprego do setor.

Segundo Pires (1997), no período de 1974 a 1986, o setor bancário reduziu em cerca de 10,93% o número de postos de trabalho; no período de 1987 a 1997, essa redução atingiu o percentual de 8,50%.

Ainda segundo Pires (1997), embora o crescimento do setor bancário tenha sido pouco expressivo nos períodos citados, isso proporcionou a ampliação da escalada de gestão dos bancos no território brasileiro.

Para Martus (1985), deve ser entendido que o papel dos bancos comerciais no processo de desenvolvimento econômico passa pelo financiamento do capital de giro e crédito ao consumidor.

Todo esse poder acabou repassando aos bancos uma grande parcela de responsabilidade sobre o desenvolvimento social e ambiental das regiões aonde atua.

De acordo com o levantamento da Febraban (2004), o quadro geral dos bancos no Brasil não se alterou em 2004. Esse cenário de estabilidade sinaliza uma consolidação do processo acentuado de fusões e incorporações no mercado financeiro ocorrido nas últimas décadas como observado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Bancos por origem de Capital

	Período				
	2000	2001	2002	2003	2004
Privativos nacionais com e sem participação estrangeira	106	96	87	87	88
Privativos estrangeiros e com controle estrangeiro	69	70	65	62	62
Públicos federais e estaduais	17	16	14	14	14
Número de Bancos – Total	192	182	166	163	164

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN), 2004.

No entanto, apesar deste quadro de aparente estabilidade, a competitividade entre os bancos se acentuou em virtude da necessidade de conquista de novos mercados. A tecnologia passou a ser um fator primordial nas estratégias de competitividade dos bancos.

Houve uma certa estabilidade com relação ao número de agências e postos bancários. Surge, entretanto, um novo canal de atendimento vinculado a associações com o comércio varejista e com a indústria, representados por estabelecimentos comerciais, casas lotéricas, agências do correio, cartórios, redes de varejo etc., que passaram a constituir verdadeiras extensões dos serviços bancários. Os bancos passam a utilizar a infra-estrutura de seus parceiros que se tornaram “Correspondentes Bancários”. Isso pode ser observado pela Tabela 2, apresentada abaixo:

Tabela 2 - Rede de Atendimento

	Período				
	2000	2001	2002	2003	2004
Número de Agências	16.396	16.841	17.049	16.829	17.260
Postos tradicionais	9.495	10.241	10.140	10.045	9.837
Postos eletrônicos	14.453	16.748	22.428	24.367	25.595
Correspondentes bancários	5.976	8.638	13.950	15.874	46.035
Total de dependências	46.320	52.468	63.567	67.115	98.727

Fonte: Banco Central do Brasil, 2004.

Com relação ao número de contas correntes e de contas de poupança houve uma discreta evolução no período analisado. Novas contas foram abertas devido às iniciativas de “bancarização”, mas por outro lado, muitas contas foram encerradas como resultado de processos de incorporação e fusão de bancos.

O termo “bancarização” aqui utilizado traduz a ampliação do poder das atividades dos bancos sobre empresas e pessoas, promovida pela facilidade de acesso aos seus serviços e favorecendo a inclusão, cidadania e crescimento econômico. Nos dias atuais e dentro dos grandes centros urbanos, pode-se perceber que, quase a totalidade das pessoas, possui relação com pelo menos um tipo de serviço prestado pelos bancos.

Um aspecto interessante observado nos dados disponibilizados pela Febraban (2004), é a grande expansão da população de clientes que utilizam a *Internet* para fazer suas transações financeiras. Segundo esses dados, em dois anos este universo dobrou, totalizando mais de 18 milhões de transações ao final de 2004. O ingresso de pequenas empresas, que também passaram a usufruir as facilidades proporcionadas pela rede virtual, é responsável pelo crescimento do número de clientes pessoa jurídica do chamado *Internet Banking*.

Além do benefício aos usuários do sistema, que evita o seu deslocamento até as agências, existe ainda o benefício na otimização da prestação do serviço e a redução dos impactos ambientais causados pela realização desses

deslocamentos e transações como, por exemplo, a impressão de extratos em impressoras domésticas.

Tabela 3 - Número de contas, cartões de débito e clientes com *Internet Banking*.

	Período (em milhões de contas)				
	2000	2001	2002	2003	2004
Contas Correntes	55,8	63,2	66,7	71,5	73,9
Clientes de Poupança	45,8	51,2	58,2	62,4	67,9
Cartões de Débito (inclusive múltiplos)	-	-	-	-	165,4
Clientes com Office Banking (PJ)	1,5	1,3	1	0,7	0,6
Clientes com Internet Banking	8,3	8,8	9,2	11,7	18,1
Clientes com Internet Banking (PJ)	-	-	0,9	1,1	1,9
Clientes com Internet Banking (PF)	-	-	8,3	10,6	16,2

Fonte: Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), 2004.

Com relação à participação dos bancos no PIB – Produto Interno Bruto, Carvalho (2006), cita em artigo recente que o setor financeiro passou de 15,6% em 1993 para 6,9% em 1995.

Dados atualizados mostram que a atividade bancária superou no ano passado (2005) toda a riqueza produzida pelo comércio e pela construção civil e emparelhou com a atividade agropecuária. O valor nominal das instituições financeiras cresceu 34% atingindo a marca de R\$ 140 bilhões entre 2004 e 2005. Na contramão, o PIB da agropecuária neste mesmo período, encolheu de R\$ 159,7 bilhões para R\$ 145 bilhões. Os principais motivos do avanço do setor financeiro foram das ações de expansão do crédito.

O peso das instituições financeiras no PIB em 2005 passou de 6,9% para 8,1%. Para se ter idéia de quanto representa esse salto, apenas um ponto porcentual do valor adicionado ao PIB equivale a aproximadamente R\$ 17,3 bilhões.

Sobre os empregados diretos no setor, denominados colaboradores, segundo a Febraban (2005) no final de 2004, o total de pessoas empregadas diretamente no setor somavam 382.786 pessoas, sendo que desse total 46,3% são mulheres.

Tabela 4 – Número de colaboradores – setor bancário

2003	2004
389.074	382.786

Fonte: FEBRABAN (2005)

A tabela acima mostra uma redução de cerca de 1,6% no número de empregos diretos gerados pelos bancos, entre os anos de 2003 e 2004. Apesar desta diminuição, o setor continua representando um importante papel na economia não apenas pelos empregos diretos gerados, mas também pelos indiretos.

Uma análise nos dados apresentados acima evidencia a importância dos bancos no desenvolvimento econômico do país. No entanto, a discussão sobre seu papel como promotor de degradação ambiental e impacto social ainda é bastante recente.

Apenas na década de 90 é que se pode observar uma mudança significativa no universo das organizações financeiras brasileiras relacionada à temática ambiental. O fato de alguns bancos serem signatários da Carta de Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável, dentro da iniciativa da UNEP – United Nations Environment Programme, sinaliza essa mudança.

Especificamente no Brasil, a primeira iniciativa de aderência a essa Carta Compromisso foi em 1995, com o chamado Protocolo Verde, uma iniciativa federal de incorporação da variável ambiental junto aos bancos federais, que será apresentado mais adiante.

2.2 A questão ambiental e os Bancos

A década de 90 serve como marco para diversas iniciativas dos bancos privados e públicos no campo da responsabilidade socioambiental.

Entre as primeiras medidas nessa direção têm destaque a incorporação da variável ambiental em uma das principais atividades bancárias: a concessão de crédito.

2.2.1 A concessão de Crédito e a variável ambiental

Com relação à concessão de crédito, os bancos atuam como principal fomentador da economia, promovendo o desenvolvimento e contribuindo para o crescimento das organizações.

Segundo Souza (2004), o Brasil obteve por meio do Banco Mundial, R\$ 1,2 bilhão em 2004 para investimentos na área ambiental e no desenvolvimento de projetos sustentáveis. Ainda segundo o autor, esse fato constitui um importante passo para o incremento do setor ambiental brasileiro, confirmando assim a predileção que o País vem conquistando dos investidores estrangeiros por lançar mãos de modernas ferramentas de captação de recursos internacionais.

Para Souza (2004), ao mesmo tempo em que as destinações desses recursos favorecem o financiamento de projetos ligados às questões ambientais, o setor bancário passa a ter maior responsabilidade pelos danos ocorridos por conta de concessões de financiamentos e/ou de créditos a seus clientes, uma vez que exige cuidados especiais na obtenção e aplicação dos recursos captados e transferidos sob a forma de financiamentos e créditos.

A Constituição da República de 1988 incorporou a Lei de Política Nacional de Meio Ambiente, promulgada em 31 de agosto de 1981, onde nos seus artigos 3º, 12º e 14º, deixa bastante claro que os financiamentos, principalmente aqueles de incentivo governamental, deverão incorporar a componente ambiental quando

do seu deferimento, obrigando estudos de impactos ambientais prévios e análise de projetos antes do deferimento do crédito.

Por essa Lei, os bancos ficam obrigados a reparar ou indenizar os danos ambientais causados pela ausência de considerações e análises ambientais no momento da concessão do crédito ou do financiamento.

Assim, as instituições financeiras passam a exercer um importante papel no cumprimento da política ambiental, uma vez que podem atuar de forma preventiva, considerando os impactos ambientais desde a análise inicial do projeto objeto do crédito até sua efetiva implantação.

Além da manutenção ou da instituição de exigências legais e da incorporação de custos ambientais nas análises dos projetos, os bancos podem ainda promover a recuperação e projeção do meio ambiente por meio de linhas de financiamento específicas.

Para Souza (2004), os efeitos práticos dessas medidas levam a duas conclusões: a primeira traduz em novas possibilidades de eventuais demandas jurídicas e a segunda o aumento da exposição de sua imagem perante a sociedade.

Visando a redução e controle dos impactos em suas atividades, as organizações passaram a fazer investimentos em proteção e gestão ambiental que, segundo Donnaire (1995), se constituem em um conjunto de medidas e procedimentos bem definidos e adequadamente aplicados que visam reduzir e controlar os impactos introduzidos por um empreendimento sobre o meio ambiente.

Segundo Adami (2003), dessa forma os bancos poderiam ficar sujeitos ao dever de indenizar ou reparar os danos ambientais causados, na qualidade de poluidores indiretos.

Cabe então as instituições financeiras no momento da análise da concessão do crédito, além do cumprimento de suas políticas internas, a avaliação do negócio baseado em critérios ambientais e sociais.

Segundo a Febraban (2005), não existe a adoção de um procedimento específico com relação aos critérios para concessão de créditos por todas as instituições bancárias, porém, por ser considerado um item complexo na relação do setor bancário com o meio ambiente, orienta seus associados com alguns critérios socioambientais, possibilitando assim, algumas oportunidades de redefinir padrões de relacionamento com seus clientes, considerando aspectos referentes a questões ligadas ao meio ambiente.

Os aspectos orientados pela Febraban que deverão ser considerados na concessão de crédito são:

- Risco de fluxo de caixa em face de multas e/ou encargos;
- Conceito da Empresa na comunidade;
- Legislação ambiental, conforme normas dos programas especiais do BNDES;
- Forte preocupação com o social – geração de renda e emprego;
- Processos produtivos com menor impacto ambiental;
- Apoio a iniciativas de recuperação de passivos ambientais;
- Impacto ambiental, exigências de licenças e pareceres ambientais.
- Em custeio agro-ecológico e não utilização de agrotóxico e tratamento de fluentes.
- Ocorrência de passivos ambientais;
- Multas ambientais;

- Reclamações de ONG's;
- Erradicação do Trabalho Infantil e/ou Escravo.
- Comprometimento da empresa/grupo com o desenvolvimento sustentável da região(ões) que está(ão) presente(s);
- Aspectos regulatórios e de impacto que causam alta rejeição pela população atingida;
- EIA /RIMA - Estudos de Impactos Ambientais e Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente;
- Exigência de cláusula contratual de responsabilidade ambiental específico para contratos de longo prazo;

Segundo Carvalho e Ribeiro (2000), não apenas os empresários como também os banqueiros parecem ter uma consciência crescente de que a ausência de medidas preventivas eficazes de controle dos efeitos adversos das atividades econômicas sobre o meio ambiente, essencialmente nos setores de atividade altamente poluentes, pode resultar em vultosas e inesperadas saídas de caixa em períodos futuros.

Uma outra forma de atuação dos bancos no quesito de crédito e financiamento é o desenvolvimento de uma linha de concessão de crédito voltada especificamente para utilização em projetos de cunho socioambientais.

Segundo a Febraban (2004), isso constitui uma outra via importante para a preservação ambiental. A criação e oferta de linhas de crédito para financiar iniciativas que busquem reparar danos ou melhorar aspectos ecológicos é oferecida por 33,3% dos bancos brasileiros e os seus recursos são empregados em projetos de reflorestamento ou desenvolvimento de tecnologias como o uso de energia solar como combustível para automóveis.

Nessa linha de ação, existe um trabalho intitulado *Ecoefficiency Guide for the Latin American Financial Sector* (CLACDS, 2002), que estabelece como base referencial algumas orientações quanto à identificação e o gerenciamento de riscos ambientais para concessão de crédito.

As indústrias fazem uso de recursos naturais e, assim sendo, causam impacto nos ambientes social e natural; ligando isso à questão apresentada, são os bancos que fornecem e dispõem o montante de crédito necessário para a realização desses projetos industriais. O início da degradação ambiental e suas demais conseqüências se encontram, portanto, nestas atividades econômicas.

Segundo Almeida (2002), os mais urgentes problemas ambientais tanto locais quanto globais são:

- Mudanças climáticas - efeito estufa;
- Destruição da camada de ozônio na estratosfera;
- Esgotamento dos recursos naturais;
- Perda da biodiversidade;
- Poluição das águas e destruição dos lençóis freáticos;
- Disposição de lixo tóxico em aterros, sítios industriais e acidentes;
- Poluição atmosférica e;
- Dispersão do lixo.

Grande parte dos problemas acima mencionados acabam sendo dirigidos direta ou indiretamente para as empresas. Uma possibilidade direta de impacto sobre a empresa pode ser causada devido a prejuízos e eventuais depreciações em propriedades públicas, interesses privados e outros bens. Algumas medidas

externas, como regulamentações e leis governamentais, também exercem efeitos diretos sobre esses mercados.

Por outro lado, existem na sociedade e na comunidade internacional, alguns grupos com interesses comuns, como por exemplo, ONGs – Organizações Não Governamentais – internacionais e organizações multilaterais, que trabalham mais indiretamente nessas questões e exercem influência semelhante às leis governamentais sobre o processo de decisão das empresas, não importando em que local se situem.

Essas organizações visam apoiar as ações relativas a prejuízos ambientais. Um exemplo da atuação dessas ONG's seria o apoio no caso de pessoas que possam se sentir afetadas por algum tipo de contaminação e quiserem tomar medidas econômicas e judiciais contra os responsáveis; em geral, pessoas que são afetadas por algum tipo de poluição são incapazes de exercer sanções econômicas contra os responsáveis, por exemplo, se uma fábrica polui excessivamente um bairro residencial, então, certamente o caso tomará grandes proporções, gerando comoção da sociedade. Artigos no jornal local e uma extensiva cobertura pela mídia podem denegrir a imagem de uma empresa e causam efeito duradouro sobre sua reputação e imagem perante o público.

Dessa forma, a imagem da organização junto à comunidade, somada à atuação das ONG's e da legislação ambiental, pode influenciar as estratégias de gestão das empresas no que se refere a suas políticas ambientais. Tal reação por parte dos consumidores e de alguns acionistas pode trazer significativas consequências econômicas aos devedores. Tanto os efeitos diretos quanto os indiretos dessas estratégias podem gerar impactos sobre todas as áreas da empresa.

Primeiramente, os custos do devedor aumentarão devido à necessidade de pagamento de uma maior apólice de seguro que cubra os danos ambientais, as

contas de limpeza de depredação ambiental e outras despesas gerenciais adicionais, também deverão ser pagas. Quando deparado com esses custos inesperados, o devedor se torna menos apto a pagar pelo seu empréstimo.

O devedor também pode sofrer a perda de sua situação lucrativa devido a interrupções na produção, perda de posição no mercado e dano à imagem da empresa perante a clientela, causando prejuízo na situação econômica da empresa e levando a mesma a uma perda de liquidez no mercado se não possuir suficiente capital.

Segundo a Febraban (2005), no caso do setor financeiro, as ações do devedor podem-se converter em riscos de crédito, responsabilidade civil, consultoria e prejuízo a imagem do banco, conforme se apresenta abaixo:

- Riscos de Crédito: prejuízo da solvência do devedor devido a eventos imprevisíveis de força maior ocorrido devido a ordens judiciais reguladoras de limpeza; pagamento de seguros indenizatórios; perda de participação no mercado e responsabilidade civil a terceiros.
- Riscos sobre a garantia subsidiária: quando uma propriedade, utilizada como garantia pignoratícia em um empréstimo, é contaminada.
- Exposição à responsabilidade civil: relacionada a leilões de terrenos contaminados de fábricas, participação ou influência sobre a administração ou outra forma de participação.
- Riscos sobre a imagem: devido a financiamentos de produções ou projetos ambientalmente discutíveis.

- Riscos como consultores financeiros: na sua atuação em fusões e aquisições.

Empresas que não se preocupam com a proteção ambiental se encontram vulneráveis às leis e regulamentações acerca da poluição das águas, emissões de gases, depósitos de lixo e questões sanitárias que envolvem tanto a saúde quanto a segurança dos seres humanos e do meio ambiente.

Companhias de seguro estão cada vez mais preocupadas com a saúde ambiental, tanto que os prejuízos causados, por exemplo, pelo depósito de lixo contaminado que possam trazer prejuízos financeiros e ao meio ambiente, não mais são cobertos pela grande maioria das apólices públicas obrigatórias de seguro.

Além dos riscos de crédito usuais, os bancos também podem ser responsabilizados pela irresponsabilidade ambiental de seus devedores. A causa principal por trás da responsabilização do credor, no caso o banco, se deve ao fato de o prejuízo ambiental ser tão dispendioso que a pessoa responsável ou a empresa, raramente tem condições de pagar pela reparação dos danos causados.

Esse entendimento surgiu primeiramente nos Estados Unidos em 1980 e foi desastroso para a economia americana. Os bancos, frente a exposição ao risco, se recusaram a conceder empréstimos para potenciais poluidores e assim cortaram o suprimento de capital dessas empresas.

Atualmente algumas instituições bancárias nacionais e internacionais tomaram a iniciativa de atuar de forma preventiva em suas políticas internas fazendo uso de um conjunto de medidas que visam analisar os aspectos ambientais dos projetos de financiamento ou renovação de crédito.

No caso brasileiro, duas iniciativas tiveram importante papel nesse processo. O Protocolo Verde, iniciativa do Governo brasileiro nos anos 90 e os Princípios do Equador, um acordo entre bancos realizado no ano 2000, serviram para influenciar as instituições financeiras no país a incorporarem a dimensão socioambiental na análise e concessões de crédito.

Outras formas de resolução dessas questões ambientais que começam a influenciar as operações das instituições bancárias são apresentadas no prosseguimento do presente estudo.

2.2.2 Protocolo Verde

Denominado 'Protocolo Verde', esse acordo foi realizado entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Banco Central, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco da Amazônia, não havendo ainda evidências da participação dos bancos privados nesse contexto.

Com relação à concessão de crédito bancário e a relação das organizações com o meio ambiente, o Brasil em 1995 firmou um acordo de concessão de crédito para empresas que estejam interessadas na aquisição de tecnologias antipoluentes.

Nesse acordo, as empresas que desejarem obter o financiamento de capital nas referidas instituições devem apresentar o EIA – Estudo de Impacto Ambiental e o RIMA – Relatório de Impacto ao Meio Ambiente, em consonância com o desenvolvimento sustentável, ou seja, a empresa deverá produzir e contribuir para o desenvolvimento econômico, sem prejuízo dos direitos e oportunidades das gerações futuras.

Para Sousa (2004), essa primeira iniciativa por parte das instituições bancárias constitui um conjunto de normas e medidas que têm por fim inserir a

variável ambiental na aprovação dos projetos que possam causar impactos ao meio ambiente. Sumariamente pode-se defini-lo como a checagem e análise da existência e eficácia do EIA/RIMA e da licença ambiental nas propostas submetidas para obtenção de crédito.

Para Kraemer (2002), as ações firmadas pelo Protocolo Verde surgiram de uma série de discussões sobre os problemas ambientais atendendo aos movimentos organizados em várias partes do mundo, que estavam discutindo os impactos ambientais negativos decorrentes das atividades econômicas, principalmente aqueles originados pelas indústrias.

Ainda segundo o autor, várias iniciativas tanto por parte do governo como por parte da iniciativa privada surgiram no Brasil para implementar ações propostas por seminários que trataram da proteção, gestão e controle do meio ambiente, devido ao crescimento da consciência ambiental.

Como resultado dessas ações, o Governo Federal Brasileiro através dos seus Ministérios e de alguns Bancos oficiais, firmaram o Protocolo Verde, que passaria então a incorporar a variável ambiental na gestão e concessão de crédito oficial e de vantagens fiscais no sentido de buscar mecanismos que evitassem a utilização desses benefícios em atividades prejudiciais ao meio ambiente, demonstrando assim a preocupação do Governo na busca de soluções.

De acordo com Ribeiro & Martins (1998), os recursos obtidos por meio deste programa exigem que a empresa elabore previamente um EIA – Estudo de Impactos Ambientais e, periodicamente, um RIMA – Relatório de Impacto ao Meio Ambiente, fato que auxilia a empresa no seu autoconhecimento, além de comprometê-la na melhoria do seu sistema operacional, tornando-a ambientalmente saudável.

Segundo Rebollo (2001), os bancos oficiais brasileiros participantes do Protocolo Verde reconhecem que podem cumprir um importante papel na busca

de um desenvolvimento sustentável e de uma contínua melhoria no bem-estar da sociedade e da qualidade do meio ambiente.

2.2.3 Princípios do Equador

O IFC – *International Finance Corporation*, instituição vinculada ao Banco Mundial criou em 2003 uma série de exigências que constituem num conjunto de medidas socioambientais para serem utilizados na avaliação e concessão de créditos a projetos de infra-estrutura, com valores iguais ou superiores a US\$ 50 milhões. O conjunto dessas exigências ficou conhecido como Princípios do Equador.

Estes projetos distribuem-se nos setores de transmissão e distribuição de energia elétrica, logística, óleo e gás, saúde, alimento e bebida e agrícola, entre outros.

De acordo com os princípios, para que o financiamento seja aprovado, o projeto deve receber uma classificação de acordo com seu nível de risco socioambiental, compreendido da seguinte forma:

Categoria A: possibilidade de apresentar significativos impactos ambientais adversos que forem sensíveis, diferentes ou sem precedentes. Como sensível, entenda-se aquele que apresenta a possibilidade de ser irreversível como, por exemplo, levar a perda de um importante habitat natural ou afetar grupos ou minorias étnicas vulneráveis, envolver deslocamento ou recolonização involuntária ou afetar locais de herança cultural significativa;

Categoria B: com potencial de causar impactos ambientais adversos em populações humanas ou áreas ambientais importantes, porém menos adversos que aqueles dos projetos classificados sob a Categoria A e;

Categoria C: com possibilidade de apresentar mínimo ou nenhum impacto ambiental.

Os projetos classificados como “A” ou “B” terão que ser submetidos à avaliação social e ambiental, sendo que para todos os projetos de Categoria “A” deverá ser elaborado um Plano de Gestão Ambiental e, caso o Banco considere aconselhável, o plano também deverá ser elaborado para qualquer projeto de categoria “B”.

Caso o tomador do empréstimo deixe de cumprir uma das cláusulas sociais e ambientais, o financiador trabalhará junto a ele na busca de soluções para o atendimento e cumprimento das cláusulas.

Desde 2002, algumas instituições, entre elas o Unibanco, aplicam estes critérios para a liberação de financiamentos que utilizam a linha de crédito do IFC; aliás, o Unibanco foi o primeiro banco brasileiro a adotar esses princípios. O Banco Bradesco e o Banco Itaú passaram a adotar esses princípios em 2004.

Além desses bancos, outras instituições também adotaram esses princípios dentro de suas políticas de crédito, como por exemplo, o ABN Amro Real, o HSBC e o Banco do Brasil.

No mundo, segundo a Febraban (2004), existem 23 instituições que aderiram aos Princípios do Equador, entre elas o *ABN Amro Bank*, *Bank of América*, *Barclays*, *BBVA*, *CIBC*, *Citigroup*, *HSBC*, *Mizuzo Corporate Bank*, *Royal Bank of Canadá* e o *Royal Bank of Scotland*.

Se no campo da concessão de crédito começam a surgir várias iniciativas, é importante frisar que há ainda um outro aspecto menos discutido e que também se relaciona aos impactos ambientais diretos oriundos da atividade de operação bancária.

2.2.4 Impactos produzidos na operação do Setor Financeiro

Segundo Ruiz (2003), os bancos, em geral são considerados pela sociedade e por si mesmos relativamente amistosos com o meio ambiente em termos de emissões e contaminações. Há uma certa negligência neste ponto se examinados os riscos ambientais gerados e suas conseqüências, não só pela atividade do setor, mas também pelas atividades de seus clientes.

Atualmente existe uma crescente preocupação do setor financeiro internacional em relação aos riscos e oportunidades provenientes do tema ambiental. Esse tema veio definir novos elementos e parâmetros dentro da política adotada pelas instituições financeiras em relação ao meio ambiente.

Adami (2003), comenta o artigo 225 da Constituição Federal do Brasil que encerra o dever do Poder Público, de preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, para as presentes e futuras gerações, mas também impõe o mesmo dever a Coletividade.

Ainda segundo o autor (2003), incluir-se neste conceito constitucional de Coletividade é para os bancos públicos ou privados uma prioridade urgente, pois não se pode admitir que os bancos pretendam estar fora da coletividade.

Fica bastante claro assim a necessidade, cada vez maior, de inserção dos bancos nas questões ambientais e sociais, sob risco de se manter apartado da sociedade e conseqüentemente perder clientes, estes, cada vez mais inseridos e preocupados com essas questões. O fato de perder clientes já é atualmente uma outra grande preocupação do setor bancário. Com a similaridade dos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes, o mercado bancário se torna altamente competitivo e assim qualquer diferencial podem representar altos ganhos ou elevadas perdas.

Frente às questões ambientais, as instituições bancárias assim como os setores industriais são grandes geradores de resíduos. Esses resíduos são resultados de atividades tais como geração de documentos e consumo de energia

nas suas mais variadas formas. Um exemplo da geração desses resíduos é a quantidade de papéis utilizados na impressão de relatórios, extratos, controle de contas, documentos, correspondência para os clientes, divulgação e informação aos clientes e colaboradores, marketing direto, entre outras necessidades.

Algumas instituições procuram substituir a impressão de extratos e outras formas de comunicação com os clientes pelo envio de email's, mas a quantidade de clientes que possuem acesso à *internet* e que optam esse tipo de serviço ainda é muito pequena apesar de ter aumentado significativamente nos últimos anos. Se compararmos à quantidade de contas correntes existentes, o volume de impressões realizadas e a quantidade de acessos via internet, veremos ainda mais claramente essa diferença.

Muitos clientes recebem as informações por meios eletrônicos, mas não abrem mão da impressão em papel de seus extratos e/ou contratos com os bancos, mesmo que não utilizem essas informações.

Segundo Descano (2001) em seu *Guia de Eco-eficiência Para Los Servicios Bancários*, o consumo de papéis chega a 150kg/ano por empregado do setor bancário. Para se ter uma idéia da quantidade de papéis gerados, segundo a Febraban, o número de empregados no setor em 2004 chegou em cerca de 380 mil, o que resultaria em consumo no país em torno de 57 milhões kg/ano.

Para melhor análise e com base nas informações obtidas junto à bibliografia existente sobre o assunto e também nas visitas às organizações pesquisadas, foi construído um quadro resumo (Tabela 5), contendo alguns processos e de algumas atividades diárias dos bancos, onde foram projetados os impactos ambientais segundo sua relevância.

Segundo Toledo (2005), idênticas atividades ou tarefas, assim como os aspectos ambientais relacionados, podem possuir características comuns; no entanto, a avaliação feita em separado é justificada em virtude da freqüência com

que ocorrem, alterando assim o grau de risco dessas atividades em situações diferentes.

Ainda segundo o autor, torna-se fundamental a análise dos macro-processos e seus desdobramentos correspondentes, cujos resultados são demonstrados a seguir, contendo as saídas e o respectivo impacto gerado pela atividade.

Cabe salientar que os impactos ambientais oriundos das entradas de processo não foram considerados, porém é importante mencionar que estas entradas provocam significativos impactos na natureza (anexo I).

Outro ponto a ser considerado é que a partir do momento em que o auto-atendimento do setor prevalece em relação às demais atividades, as instituições acabam transferindo a geração de seus impactos aos seus clientes e demais usuários do sistema.

Tabela 5 – Quadro resumo demonstrativo de impactos gerados nas operações principais das atividades bancárias

SETOR/ÁREA	ATIVIDADE	OUTPUT	IMPACTO
ADMINISTRAÇÃO	ATIVIDADES DIVERSAS ADMINISTRATIVAS	ENERGIA ELÉTRICA	USO RNR – Recurso Natural Renovável
		EFLUENTES	REDE DE ESGOTO PÚBLICO
		RESÍDUOS DE PAPÉIS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		RESÍDUOS DE PLÁSTICOS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		RESÍDUOS DE METAIS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		RESÍDUOS DE TONER E EMBALAGENS RETORNÁVEIS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO

		RESÍDUOS DE TINTA E EMBALAGENS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
CAIXAS	SERVIÇOS DE ENTRADA E SAÍDA DE DINHEIRO	ENERGIA ELÉTRICA	USO RNR
		RESÍDUOS DE PAPÉIS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		RESÍDUOS DE METAIS, PLÁSTICOS, MADEIRAS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		RESÍDUOS DE FITAS P/ MÁQUINAS REGISTRADORA	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
CAIXA ELETRÔNICO	SERVIÇOS DE CAIXA ELETRÔNICO (AUTO ATENDIMENTO)	ENERGIA ELÉTRICA	USO RNR
		RESÍDUOS DE PAPEL TÉRMICO	OCUPAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO
		PAPEL MOEDA	USO CONTÍNUO

Nota: Tabela adaptado com base em: TOLEDO, Artur Ferreira de. Ecoeficiência: um estudo a respeito das instituições hospitalares no município de Santo André. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário SENAC. São Paulo, 2005.

Conforme a tabela acima, percebe-se que os impactos dos bancos em sua operação podem ser os mais variados. Muitos destes impactos poderiam ser reduzidos caso os bancos implementassem estratégias ambientais, já que existem inúmeras oportunidades para a melhoria do uso dos recursos naturais na atividade bancária.

Para muitos autores sobre o tema, a questão ambiental é uma filosofia de gestão empresarial. Pode ser considerada uma forma de responsabilidade ambiental corporativa, uma vez que encoraja as empresas de qualquer setor, porte e localização geográfica a se tornarem mais competitivas, inovadoras e ambientalmente responsáveis (Almeida, 2002).

Para Schmidheiny (1992), atualmente há mais empresas conscientes de que a poluição que produzem são na verdade sinais de ineficiência. Grandes

números de empresas adotam a lógica da prevenção da poluição, permitindo que comecem a assumir o controle do processo de mudança ambiental, orientando-o no sentido econômico e operacional e evitando que passe a ser controlado por regulamentações e expectativas cada vez mais restritivas.

Essas considerações, salientadas pelo autor, devem ser integradas aos processos de produção, interferindo na escolha de matérias-primas, procedimentos operacionais, tecnologia e recursos humanos, sendo que a prevenção da poluição significa que as preocupações ambientais se tornam, tanto como a lucratividade, uma questão funcional.

Ressalta Toledo (2005) que, assumir a questão ambiental é uma estratégia gerencial que combina o desempenho produtivo e econômico de uma organização, possibilitando processos mais eficientes e a concepção de produtos e serviços de melhor resultado.

Para o autor, a maior parte dos projetos ambientais em curso está associada ao setor industrial. É importante perceber que algumas empresas pertencentes ao ramo de atividade de serviços começam a se preocupar com essa temática.

No caso específico das atividades financeiras existe, como base de referencia para implementação de ações ambientais, um guia denominado *Ecoefficiency Guide for the Latin American Financial Sector* (CLACDS, 2002).

Segundo esse guia, a implementação de um sistema voltado a ecoeficiência e o manejo ambiental por parte das atividades financeiras é diferente de outros processos gerenciais, sendo que sua introdução deverá ser sistemática e por fases, tais como:

- I. Formulação de objetivos ambientais

O primeiro passo é formular objetivos ambientais. Isto requer estabelecimento políticas ambientais com diretrizes e metas claras.

Como regra, a declaração de missão é formulada por um grupo de trabalho no qual há representantes da administração e dos departamentos da empresa que participam da tomada de decisões significativas para o meio ambiente. Os projetos práticos mais importantes serão documentados em um plano diretor.

II. Início dos projetos chaves

Primeiramente é necessário decidir quais procedimentos relevantes do ponto de vista ambiental deverão ser introduzidos e quem deve se responsabilizar por eles.

Na área de eficiência dos recursos deve-se documentar e analisar os maiores impactos ambientais. Nos setores de investimento e concessão de crédito, é preciso institucionalizar a consideração dos aspectos ambientais.

O projeto chave mais importante é o estabelecimento de um processo sistemático de controle ambiental, que garanta o cumprimento dos objetivos fixados e inicie os procedimentos e ações apropriadas.

III. Motivação do pessoal

A implementação de projetos chave deve revelar o início de um enfoque ambiental em toda companhia.

Há grande potencial para a melhora relativa ao comportamento do pessoal com referência a assuntos de interesse ambiental. Essa mudança de atitude deve estimular um processo que demande o uso intensivo dos canais de comunicação interna.

IV. Consolidação das mudanças

O objetivo aqui é manter o compromisso do pessoal com o pensamento ambiental e melhorar continuamente o desempenho ambiental.

Isto demanda uma comunicação constante dos objetivos, das medidas tomadas e dos resultados. No mais tardar, nessa etapa torna-se conveniente considerar a necessidade de se certificar o sistema de gerência ambiental, de acordo com o novo padrão ISO 14001.

A prática tem mostrado que as mudanças ambientais não se fixam como procedimentos padrão da empresa antes que se passe um período de no mínimo três a quatro anos.

Portanto, as organizações devem perceber que seus impactos ambientais gerados pelos processos podem ser traduzidos em oportunidades de melhoria, baseadas no *Ecoefficiency Guide for the Latin American Financial Sector* (CLACDS, 2002) e descritos a seguir:

a) Resíduos

O consumo de materiais pelos bancos leva a outras conseqüências. Anualmente, cada empregado de um banco produz cerca de 250 a 300 kg de resíduos que precisam ser eliminados.

Os resíduos produzidos por um banco provêm de três áreas:

- Escritórios: o papel representa a maior quantidade de resíduos. As quantidades anuais de papel desperdiçado por empregado chegam a 150 kg de papel, 20 kg de papelão e 10 kg de jornais.
- Área Técnica: deve-se prestar atenção aos resíduos tóxicos, tais como óleo usado, fluido fotográfico ou lâmpadas fluorescentes.

- Refeitórios: cada refeição de 400 gramas pode produzir mais da metade de seu peso em resíduos.

O modo de se evitar perdas começa na compra dos produtos; uma grande economia é possível no consumo de papéis e embalagens. Um exemplo que se pode citar é a negociação com fornecedores que já poderiam entregar seus produtos em embalagens retornáveis (reutilizáveis); tal atitude resultaria na economia de grande quantidade de caixas de papelão.

Segundo o Guia, a maior parte das perdas representa na verdade materiais valiosos que, se separados, podem ser reconduzidos dentro do processo de produção juntamente com a matéria-prima. Os desperdícios dos escritórios e de papéis podem ser coletados separadamente em locais protegidos para que as informações neles contidas não possam ser vistas por pessoas não autorizadas. Alguns bancos também mantêm os papéis de computador separados de outros papéis desperdiçados, o que permite rendimentos ainda maiores.

É prioritário também considerar cuidadosamente as perdas produzidas pelos computadores. Com um número cada vez maior de equipamentos instalados e com o rápido progresso da tecnologia, haverá grandes quantidades deste tipo de perdas. Deve-se consultar o fornecedor a respeito da reutilização dos resíduos ou da maneira mais apropriada para eliminá-los.

b) Construção e manutenção de edifícios

Os primeiros passos para o projeto de construção de um edifício são decisivos, porque é nesta etapa que se determina o grau de compatibilidade ambiental do edifício para as próximas décadas.

O processo de construção por si só tem grande importância para o ambiente. O equilíbrio ambiental tem revelado que 50% de toda a contaminação ambiental no ciclo de vida das instalações de um banco ocorrem durante a fase de construção do edifício.

No decorrer da fase de construção é importante verificar se os objetivos ambientais foram cumpridos. Os primeiros anos de utilização do edifício são um desafio particular: a otimização e o monitoramento constantes reduzem o consumo de energia em 10% e geram consideráveis economias nos custos relacionados a atividade de limpeza.

Por outro lado, mudanças estruturais nos bancos oferecem a oportunidade de se estabelecer um novo curso ambiental, já que nos próximos anos diversos edifícios destinados a bancos sofrerão mudanças ou reestruturações. Tal fato permite uma oportunidade para reposição de tecnologia ultrapassada dos edifícios, do isolamento insuficiente de calor e das janelas antigas.

O Guia afirma que o processo de construção ambiental não deve ficar restrito somente às instalações dos bancos. Pode-se também aumentar o nível de eficiência em qualquer imóvel pertencente ao banco.

c) Limpeza ambiental amistosa

Não é apenas o processo de limpeza que gera um impacto sobre o meio ambiente, deve-se incluir também o considerável consumo de energia

despendido em iluminação e ventilação enquanto os prédios estão sendo limpos.

- Primeiramente, os procedimentos internos de limpeza devem ser examinados, pois limpeza não é sinônimo de superfícies bem polidas.
- Uma mudança no modo de se proceder a limpeza pode reduzir o número de limpezas não necessárias e dessa forma, economizar energia.
- A verificação do tipo de agentes de limpeza serve para certificar a procedência dos produtos utilizados e se os mesmos representam baixo risco ecológico, assim como baixos riscos para a saúde ou segurança.

d) O manejo da energia.

Oportunidades de redução do consumo de eletricidade além de economizar água e isolamento térmico. Obviamente, o manejo sistemático do meio ambiente oferece um grande potencial de economia. Durante o planejamento e a construção de um edifício destinado ao segmento bancário, devem ser tomadas importantes decisões no que diz respeito à eficiência energética; já em edifícios existentes, muitas mudanças podem ser feitas.

Atualmente, os fornecedores irão disponibilizar equipamentos tais como computadores, impressoras e máquinas de xerox que são extremamente eficientes em termos de custo de energia, tanto quando estão em uso, como quando em modo de espera. Ademais, o atual mercado oferece novos sistemas de iluminação com baixo consumo de energia.

O processo de economia de energia também pode ser aplicado nos edifícios já existentes e em sua infra-estrutura.

Ainda segundo o guia, bons serviços de manutenção e controle das instalações podem reduzir o consumo de energia. Poderá ainda conseguir reduções adicionais, através do ajuste dos interruptores inteligentes aos equipamentos do escritório ou interruptores para diminuir o consumo de energia, por exemplo, das cafeteiras elétricas.

Os profissionais podem se conscientizar acerca da questão de eficiência energética e colaborar ligando as luzes e equipamentos do escritório apenas quando for necessário. Após as horas de trabalho, os profissionais da segurança e limpeza podem certificar que não há desperdício de energia elétrica.

e) Ferramentas gerenciais

Como qualquer outra forma de administração corporativa, o manejo ambiental é tarefa para líderes. Para produzir resultados são necessárias ferramentas para gerenciamento.

A análise estatística de energia é um primeiro e importante passo para medir a contaminação ambiental. Um número cada vez maior de bancos está interessado em obter dados válidos relativos também a outras áreas de ecologia corporativa, sendo que é neste ponto que o equilíbrio ecológico adquire importância.

As necessidades de energia e materiais utilizados por um banco têm se mostrado bastante amplas.

Quando se realiza uma atividade de equilíbrio ecológico, dificilmente se encontrará um conjunto de dados para cada tipo de lugar. Nestes casos é aconselhado o desenvolvimento de trabalhos dentro das restrições de um sistema pequeno, mas representativo. Os resultados obtidos através deste modo serão mais úteis quando o sistema for ampliado.

Usualmente são utilizados dados tais como número de empregados, área dos locais de trabalho ou consumo de materiais e, com muita freqüência, também são utilizadas estatísticas sobre energia elétrica.

Os dados sobre tráfegos ou quantidade de desperdícios a serem reduzidos ou coletados em locais específicos, no geral requerem muito empenho. No entanto, algumas inspeções podem resultar em dados úteis.

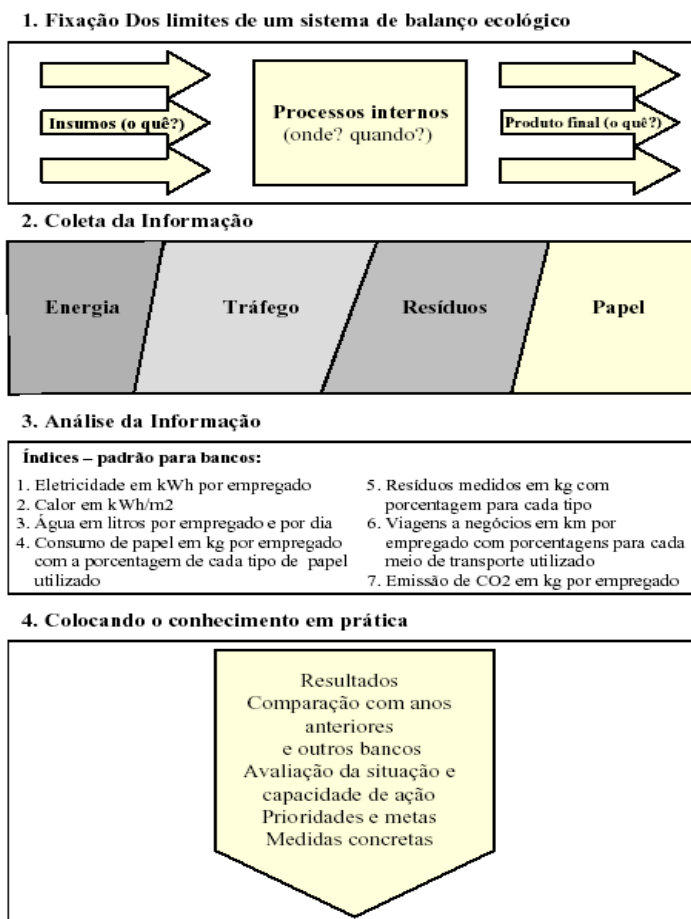
Com freqüência, as primeiras comparações dos resultados obtidos podem revelar falhas na qualidade das informações, falhas estas que devem ser eliminadas.

f) Análise de dados

Para o Guia, todo banco deveria registrar ao menos indicadores de performance ambiental através de balanços ecológicos. As comparações destes dados com os obtidos nos anos anteriores ou com os de outros bancos resultam em informações de grande importância.

Figura 3 – Balanço ecológico

BALANÇOS ECOLÓGICOS EM BANCOS



Fonte: *Guia de Eco-eficiência para los Serviços Bancários*, UNEP, New York, 2001

Tais informações, relacionadas a outras análises mostrarão onde ocorre a maior parte das contaminações ao meio ambiente e onde existe a possibilidade de serem aplicadas medidas de redução.

Ao formular e iniciar medidas concretas se descobrirá que o equilíbrio ecológico do próximo ano indicará um progresso na melhoria da qualidade do meio ambiente em função das reduções empregadas.

Os dados apresentados demonstram as inúmeras possibilidades de aumentar a eficiência na operação das atividades bancárias. Interessante notar que apesar deste tema ser ainda mais recente do que o debate sobre concessão

de crédito, já é possível identificar algumas ações vinculadas ao consumo de recursos neste setor. No Brasil, segundo a Febraban (2004), o lema de que é preciso reduzir, reutilizar e reciclar, está cada vez mais difundido e aplicado aos bancos.

Das instituições pesquisadas pela Federação Brasileira de Bancos em um levantamento realizado em 2004 abordando todas as instituições financeiras cadastradas na Federação, 72,7% das que responderam a pesquisa declararam que aplicam recursos na redução, reutilização e reciclagem de resíduos.

Do total de bancos brasileiros, aproximadamente 30% mantém um sistema de monitoramento com metas específicas para a redução de resíduos sólidos. Na pesquisa realizada pela Febraban, foi apontado que o total de resíduos produzidos, entre recicláveis e não recicláveis, no ano de 2004, foi em média 2,6 mil toneladas por instituição.

Outro exemplo da preocupação ambiental detectado pela pesquisa é a questão da coleta seletiva. Dos bancos que responderam ao questionário aplicado, cerca de 25% afirmaram adotar essa prática em todos os seus prédios administrativos, enquanto 6,1% disseram mantê-la também em sua rede de agências ou postos de atendimento bancário. Desses, 12,1% declararam desenvolver a ação de coleta seletiva em apenas algumas de suas sedes administrativas e agências.

Quanto à destinação desses resíduos, 39,4% dos bancos pesquisados declararam que realizam o acompanhamento do destino dos resíduos, garantindo sua disposição adequada e não agressiva ao meio ambiente. Muitos deles exigem das empresas que retiram o material de suas unidades, a apresentação de documentos que comprovem a correta destinação desses resíduos. Entre os bancos é comum a doação desses resíduos a organizações e associações que tem nesse material uma fonte de renda.

Esses números evidenciam o potencial impacto ambiental gerado por apenas um dos itens, no caso papel. Assim, o melhor aproveitamento desses papéis, combinados com a redução do consumo, ou ainda, a utilização de outras formas de controle de dados e divulgação, pode trazer até mesmo um ganho financeiro para a instituição.

Um outro exemplo é a energia elétrica. Segundo a Febraban (2004), a energia é um ativo fundamental para a evolução e manutenção da qualidade de vida na sociedade, sendo primordial para o funcionamento de instituições e serviços, frente a isso, a utilização consciente é fundamental e, no último ano, a média de quilowatts consumidos pelos bancos declinou como consequência das ações de conscientização ambiental e da adoção de medidas e inovações tecnológicas que permitem minimizar o consumo e aumentar a eficiência energética. Dentro da pesquisa realizada, 66,7% das instituições possuem sistema de monitoramento e metas para a redução de consumo previamente estabelecida.

Outro recurso levantado pela Febraban é a água. Recurso natural não renovável, do total de bancos pesquisados, 54,5% mantém um sistema de monitoramento do consumo de água, com metas específicas para a redução no consumo, igualmente ao consumo de energia, são necessárias ações de conscientização ambiental e adoção de medidas e inovações tecnológicas que visem a redução do consumo.

Quanto ao desenvolvimento de produtos, 27,3% dos bancos oferecem títulos de capitalização, fundos de investimento, cartões de crédito entre outros, que de alguma forma contribuem com iniciativas ambientais ou valorizam práticas corretas na utilização dos recursos gerados.

Com relação à educação ambiental, a pesquisa aponta que 33,3% dos bancos investiram o equivalente a R\$ 4,2 milhões em programas voltados a esse tema.

Toda essa preocupação tem sentido; segundo Descano (2001), o uso eficiente de recursos significa menor desperdício e, conseqüentemente, se traduz em custos operacionais mais baixos que acabam por contribuir para o aumento da sustentabilidade econômica das instituições envolvidas.

A maioria dos bancos brasileiros tem procurado adotar iniciativas de redução, reutilização e reciclagem, além de desenvolverem processos para medir e monitorar esses aspectos e impactos, com especial atenção para o consumo de água, energia e resíduos sólidos.

A seguir são apresentados alguns exemplos de iniciativas das principais instituições financeiras nacionais, segundo a Febraban (2004).

2.2.5 Exemplos de Gestão Ambiental em Instituições Bancárias no Brasil

Quando se observa o comportamento dos grandes bancos nacionais, pode-se identificar algumas ações relacionadas às questões ambientais como mostra a pesquisa realizada em 2004 pela Febraban. Além dos dados conjuntos do setor bancário sobre desempenho ambiental, a mesma pesquisa apresenta algumas iniciativas individuais dos bancos brasileiros:

– Consumo de Energia

Quando se trata de energia elétrica, no HSBC há um constante monitoramento do consumo em todas as suas unidades. Na Caixa Econômica Federal, uma campanha de conscientização tem permitido uma economia de 10 mil megawatts por mês nas unidades do banco.

O Banco Itaú faz estudos de viabilidade para emprego de gás natural e de pequenas centrais hidrelétricas; o Unibanco apóia financeiramente o aterro Bandeirante que desenvolve um programa de biogeração de energia.

O ABN AMRO Bank, está testando o uso de gás natural veicular combustível para sua frota de veículos.

– Consumo de Água

O Santander Banespa realiza o acompanhamento dos números de consumo nas suas sedes administrativas e está implantando gradualmente o mesmo sistema na sua rede de agências.

O Banco Itaú obteve redução de 17% no consumo de água através de uma campanha de conscientização dos funcionários do seu Centro Empresarial e com isso, conseguiu obter uma redução na tarifa; além dessas ações, o banco também reformou os sanitários, que passaram a contar com louças e metais projetados para reduzir o consumo de água.

– Redução de Resíduos Sólidos

Na coleta seletiva, o ABN AMRO Real e o BankBoston exigem e mantêm a documentação das empresas que retiram o lixo dos seus prédios administrativos e acompanham a correta destinação deste lixo. O Banrisul direciona os resíduos gerados para locais e instituições diversas, de acordo com o perfil do material.

O *HSBC Bank*, além de promover o correto descarte de papel reciclável por intermédio de empresa contratada, também monitora o descarte final para baterias e *no-breaks* por parte de um dos fornecedores do banco. O índice de reciclagem dos materiais alcança 98% dos resíduos produzidos no ambiente de trabalho.

O Banco Itaú, desde 2004, monitora uma empresa responsável pela retirada e descarte de lâmpadas, baterias, resíduos químicos e lixo ambulatorial. Também mantém um programa de coleta seletiva de plásticos e alumínio em algumas de suas áreas administrativas. Parte dos cartuchos usados em impressoras e máquinas copiadoras é doada a entidades carentes. Com ações

como venda de aparas de papel, o banco arrecada uma receita de cerca de R\$ 12,5 mil/mês que também é doada a instituições de caridade.

O Banco Nossa Caixa, mantém um aterro sanitário, na região da Grande São Paulo, para a destinação dos resíduos não recicláveis.

O Banco *Santander* Banespa doa 100% dos resíduos recicláveis a instituições beneficentes, enquanto as sobras orgânicas, oriundas de seu refeitório, são entregues a uma empresa privada que descarrega o material em um aterro sanitário no bairro do Jaguaré, que posteriormente o transforma em adubo orgânico.

– Qualidade do Ar

O Banco Itaú também mantém procedimentos de avaliação e controle da qualidade do ar nas instalações dos prédios, agências e pólos do banco. Os aparelhos de ar condicionado estão sendo equipados para a utilização do gás HFC-134A, considerado ecologicamente correto por não prejudicar a camada de ozônio.

– Iniciativas de Educação Ambiental

Os bancos também possuem preocupação com a educação ambiental e algumas instituições patrocinam projetos de importância comprovada na relação socioambiental.

O Banco Bradesco, através das escolas da Fundação Bradesco, desenvolve de projetos de proteção ao meio ambiente. Mantém ainda uma parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica que conta com o repasse de ganhos vindos de produtos e serviços do banco, como o cartão de crédito e títulos de capitalização, permitindo a manutenção de viveiros de plantas nativas.

O Instituto Akatu conta com o apoio do *BankBoston*, atualmente incorporado pelo banco Itaú, e da Fundação Itaú Social, para a realização dos

seus objetivos de educar e informar os cidadãos sobre comportamentos e atitudes de consumo consciente.

O *Citibank* criou um programa em 2001 com o objetivo de apoiar o desenvolvimento sustentável para cooperativas agrícolas no sul da Bahia. Os recursos do programa são destinados a agricultores que mantenham um sistema de produção familiar e que sejam participantes da recuperação dos sistemas agro-florestais.

O Banco Nossa Caixa apóia eventos que debatem a proteção jurídica e preservação ambiental e urbanística, em aspectos de planejamento estratégico, atuando diretamente no aperfeiçoamento e aprimoramento na defesa do meio ambiente baseado em valores urbanísticos. Nesses projetos foram investidos cerca de R\$ 30 mil no ano de 2004.

Apesar destas iniciativas, ainda há um longo caminho a percorrer no setor financeiro para que se possa afirmar que a preocupação ambiental esteja efetivamente inserida nos processos de tomada de decisão das instituições bancárias.

Analisando-se os dados da Febraban e utilizando-se o exemplo de gestão de resíduos, percebe-se que a maior parte dos bancos brasileiros não apresenta metas específicas para a redução de resíduos. Muitas das iniciativas em curso podem ser classificadas como reativas, ou seja, são baseadas em uma perspectiva de gestão priorizando o fim-de-tubo.

2.3 Análise crítica

Embora existam muitas críticas em relação às organizações que visualizam a gestão ambiental como um instrumento de manutenção e controle dos negócios, deve-se assumir que esse é mais um instrumento gerencial para as organizações de todos os ramos de atividade, isso porque existe o interesse por parte do

empresariado em reduzir o desperdício e as perdas econômicas geradas pelos mais diversos processos.

Como crítica, Day (1998), ressalta que a implementação de sistemas gerenciais ambientais é necessária, mas não suficiente para o equilíbrio dos negócios neste milênio. Ainda segundo o autor, um instrumento como a ecoeficiência é valioso para os negócios; reduzir o desperdício é considerado uma estratégia válida e necessária, porém um olhar honesto para as tendências globais indica que nós estamos longe de conseguir ganhos de eficiência suficientes para o desenvolvimento econômico e social.

Marinho e Kiperstock (2001), consideram que a prevenção da poluição já tem um histórico de resultados a apresentar e seus mecanismos já conseguiram um significativo ganho ambiental nos processos produtivos, impulsionados por uma legislação restritiva e pelas partes interessadas.

Por outro lado, para Toledo (2005), a relação entre o setor empresarial e o ambiente nem sempre tem sido fácil; isso devido à atividade produtiva e o próprio consumo não ser disciplinado ocorrendo uma certa degradação da qualidade do ambiente, uma vez que não existem processos produtivos que sejam totalmente limpos.

Ainda segundo o autor, o que se percebe é que apesar do crescimento da tendência da ecoeficiência, o controle de “fim de tubo” ainda vai continuar a fazer parte da preocupação das organizações por um bom tempo, prova disso é o desempenho do mercado mundial de tecnologia ambiental, que inclui as mais variadas técnicas de tratamento e controle de poluição.

Assim pode-se dizer que nem tudo é consenso em termos de preservação ambiental. Aqueles que defendem o desenvolvimento a qualquer custo e se apegam a mais rígida concepção antropocêntrica, estão sempre procurando motivos para minimizar as advertências dos ambientalistas e especialistas.

Para Toledo *et al* (2005), embora alguns especialistas e representantes empresariais afirmem que podem contribuir para a preservação do meio ambiente, há muito ainda por fazer, prova disto é o fato de que ainda somos vítimas das ocorrências de acidentes e inúmeras descobertas de passivos ambientais oriundos de atividades passadas.

Segundo Juste (2006), ficou demonstrado no Relatório do Fórum Econômico Mundial realizado em Davos na Suíça, que as instituições financeiras prometem muito em relação ao meio ambiente, mas ainda faz muito pouco. Entre os bancos brasileiros analisados, o que teve melhor pontuação foi o Banco do Brasil, por ter aderido ao Pacto Global, uma iniciativa da ONU em prol da responsabilidade social.

A metodologia empregada nesse estudo do Fórum Econômico Mundial revê as políticas ambientais e sociais publicamente disponíveis de 39 bancos em todo o mundo. Estes foram escolhidos por sua visibilidade elevada e alcance global, de sua presença em mercados de finanças globais, e/ou de seu endosso aos Princípios do Equador.

Foram revistas as políticas ambientais e sociais e os relatórios anuais de sustentabilidade que os bancos fizeram e disponibilizaram publicamente. O estudo foi baseado nas políticas disponíveis, embora cientes de outras políticas em andamento.

Segundo Juste (2006), o estudo do escritório do WWF (Fundo Mundial para a Natureza) no Reino Unido e da rede de organizações não-governamentais *BankTrack* analisou as atividades socioambientais de 39 bancos do mundo. Entre eles, cinco brasileiros — Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Unibanco e BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A análise se baseou em 13 temas diferentes, tais como direitos humanos, direitos do trabalho, transparência e gerenciamento socioambiental. As práticas dos bancos em cada

uma dessas áreas foram comparadas com os padrões internacionais de "boas práticas".

Segundo o Relatório, a partir desses temas, o estudo elaborou um sistema de pontuação de 1 a 4. Os bancos com as melhores classificações foram o *ABN Amro* e o *HSBC*, que ficaram empatados em primeiro lugar com 1,31 ponto cada. Segundo Juste (2006):

“Esse número está longe da média de pontos possíveis e foi o mais alto alcançado. Isso mostra que ainda há muito a ser feito pelas instituições financeiras no setor ambiental”, diz Trunkl. “Mesmo as atividades que são feitas em prol do meio ambiente ainda não seguem os padrões de boas práticas reconhecidos internacionalmente”.

Os demais bancos brasileiros tiveram as mesmas notas, com a exceção do BNDES, que tirou nota zero. Ainda com relação ao estudo, concluiu-se que as políticas socioambientais do BNDES não apenas não seguiam os padrões internacionais, como estavam muito longe deles.

Apenas outros dois bancos no mundo não chegaram a pontuar em nenhuma categoria, o também estatal *Korean Development Bank*, da Coreia do Sul e o japonês *Sumitomo Mitsui Financial Group*, com capital privado.

Bradesco, Itaú e Unibanco receberam 0,46 ponto cada por terem aderido aos chamados “Princípios do Equador” e assim terem se comprometido a usar a política socioambiental da IFC (Corporação Financeira Internacional, na sigla em inglês, um dos braços do Banco Mundial) para financiamentos de projetos no setor acima dos US\$ 50 milhões. O Banco do Brasil também recebeu esses pontos,

pelo mesmo motivo e mais alguns pontos extras por sua participação no Pacto Global, fazendo um total de 0,54 ponto.

O Bradesco também aderiu ao Pacto, mas isso não foi contabilizado, já que sua adesão ocorreu em novembro de 2005 e o estudo avaliou as práticas realizadas até setembro desse ano.

Pelo exposto e pelas evidências obtidas junto à realidade das instituições financeiras, infelizmente há muito discurso e poucas são as ações efetivamente a contabilizar.

Cabe ainda salientar que, essas iniciativas pontuais por parte das instituições são importantes, porém diante das oportunidades, lucratividade e porte dessas mesmas instituições, são muito tímidas.

Entretanto não se pode negar a possibilidade de um futuro mais consciente de contribuição ambiental por parte de organizações dos mais variados ramos de atividade, inclusive do setor financeiro.

De forma, a contribuir para o aprofundamento deste debate, foi realizada uma pesquisa de campo junto a alguns dos principais bancos atuantes no país para avaliar o grau de incorporação da variável ambiental nos processos de tomada de decisão destas organizações.

3. METODOLOGIA

De acordo com a Febraban (2002), o sistema financeiro do Brasil é composto por cerca de 162 bancos associados, que atendem em aproximadamente 17.260 agências espalhadas por todo o território e emprega cerca de 380 mil pessoas. O segmento é um dos mais importantes e o que mais emprega pessoas.

Para o desenvolvimento dessa dissertação, foi utilizada uma vasta pesquisa bibliográfica, com o objetivo de conhecer e analisar as contribuições científicas existentes sobre o tema. Segundo Gil (1999), a pesquisa bibliográfica é o meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.

A pesquisa em busca de informações nas fontes bibliográficas existentes compreendeu livros de referência, publicações periódicas, anuários e artigos científicos. As informações obtidas através da revisão da literatura disponível embasam o presente estudo e orientam para a realização do questionário utilizado na pesquisa.

Realizou-se também uma pesquisa qualitativa e quantitativa exploratória, dividida em 2 fases. Em uma delas, foram abordadas as agências de Instituições Financeiras previamente selecionadas e na outra fase, foram confrontados os resultados obtidos na fase anterior com a resposta de representantes das áreas administrativas dos bancos pesquisados.

Para Gil (1999), a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos, idéias ou descobertas de intuições, visando a formulação de problemas mais explícitos ou a construção de hipóteses.

A adoção desse método de pesquisa permitiu o exame de um conjunto de problemas ligados à questão ambiental e os tipos de ações relacionadas a esse tema dentro do segmento bancário, proporcionando condições de verificar a opinião de profissionais que atuam em atividades voltadas a questão ambiental.

Ainda segundo Gil (1999), as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e de fácil operação.

Adotou-se nessa pesquisa, a metodologia levantamento ou levantamento amostral, realizada através de um procedimento sistemático de coleta de informações úteis para descrever, comparar ou explicar fatos, atitudes, crenças, previsões e comportamentos.

A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2005, pelos alunos do curso de Gestão em Meio Ambiente do Centro Universitário de Santo André, na região do ABC na Grande São Paulo, que abordaram oito grandes instituições financeiras, distribuindo aleatoriamente 100 questionários em agências e postos de serviços, com um retorno de 38% sobre o montante entregue; posteriormente, foram encaminhados questionários para as áreas administrativas dos 08 bancos anteriormente abordados através de suas agências.

Apesar de termos uma grande quantidade de bancos em atuação, foram considerados apenas os mais representativos, adotando-se critérios de segmentação baseados no volume financeiro, abrangência territorial, quantidade de empregados e representatividade no setor.

Essa amostra, criada pelo universo de instituições, pode-se definir como do tipo acidental que se caracteriza pela seleção de um subgrupo da população considerada. Segundo Gil (1999), amostra acidental é um subconjunto da

população formada por elementos que se pode obter, porém sem nenhuma segurança de que se constitui uma amostra exaustiva de todos os possíveis subconjuntos do universo.

A criação de um questionário para a coleta de informações foi o ponto de partida para a realização da pesquisa onde, seguindo a indicação de Gil (1999), foi elaborado um pré-teste do questionário, contando com a participação dos alunos do curso de Gestão em Meio Ambiente do Centro Universitário de Santo André – UNIA, coordenados pelo Autor, cujo objetivo foi o de aferir até que ponto o instrumento possui condições de garantir resultados adequados. O pré-teste indicou que o instrumento possibilitava fácil entendimento e clareza.

Nesse tipo de pesquisa realizada, a maior preocupação é a falta de rigor na definição do universo pesquisado, visto a utilização de um critério de segmentação aleatório, o que pode levar pesquisador a aceitar visões tendenciosas que poderiam influenciar as conclusões.

No caso específico desta pesquisa, que pretende estudar o que os principais participantes do segmento bancário estão fazendo em relação ao meio ambiente, a população alvo pesquisada, composta por oito bancos, teve seu nome e dos seus entrevistados mantidos em anonimato respeitando-se a identidade e o sigilo necessário para a não exposição dos pesquisados.

Na pesquisa houve a interrogação direta dos gestores do segmento, cuja opinião desejava-se conhecer, buscando-se os profissionais mais próximos da gestão ambiental em seus locais de trabalho. O índice de retorno dos questionários distribuídos na primeira fase da pesquisa foi de 38% totalizando, portanto 38 questionários respondidos e devidamente identificados. Na segunda fase da pesquisa, foi feita uma abordagem direta e dessa forma conseguiu-se obter 100% de retorno dos questionários devidamente preenchidos.

O questionário foi composto por vinte questões relacionadas às ações que as instituições estão tomando com relação a problemática ambiental, tendo-se a preocupação de alinhar a pesquisa com os levantamentos realizados pela Febraban, com o objetivo de confrontar os resultados apurados.

As limitações da pesquisa foram impostas pelo tempo de estudo e pela disposição dos entrevistados em responder as questões. Devido a estratégia adotada pelas organizações pesquisadas, que exerceram uma grande influência nas pessoas responsáveis pelas respostas, muitos entrevistados justificaram sua abstenção em algumas informações pelo receio do comprometimento pessoal que isso lhes poderia causar.

Um outro fator que influenciou as entrevistas foi alto nível de desconhecimento do tema meio ambiente no universo pesquisado, gerando uma série de dúvidas em relação às respostas e também a ocorrência de respostas contraditórias. Outro fato que influenciou o levantamento foi a não atuação das instituições de forma centralizada, causando divergências entre as ações das áreas departamentais e da sua rede de agências.

Cabe ressaltar que a realização de uma pesquisa exploratória possui limitações, havendo necessidade de cautela na apuração das respostas e uma análise mais apurada dos resultados obtidos.

As respostas aos questionários foram registradas numericamente e os dados obtidos tabulados, contados, digitados e organizados em planilha eletrônica para a realização de um tratamento estatístico, possibilitando a elaboração dos gráficos que serviram para a análise dos resultados apresentados. As respostas obtidas pelas agências foram agrupadas de acordo com instituição a qual representam, sendo consideradas, no caso de divergência, as respostas mais citadas.

Isso possibilitou uma melhor interpretação dos resultados apurados e uma comparação mais clara das divergências apresentadas entre as áreas administrativas e a rede de agências das instituições analisadas.

4. RESULTADOS

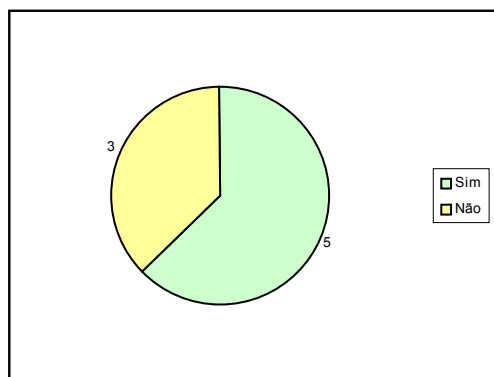
No presente capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada, através da apresentação de gráficos baseados nos dados obtidos nos questionários.

Na primeira questão, foi abordada a existência de investimentos na unidade, voltado a programas ou melhoria de caráter social ou ambiental. Do total de agências pesquisadas, cinco apresentaram respostas afirmativas, sendo que apenas uma sabia o percentual destinado ao investimento e uma alegou a existência, porém mencionou que o montante não poderia ser divulgado. Em se tratando de áreas administrativas, apenas duas disseram não conhecer esse tipo de investimento.

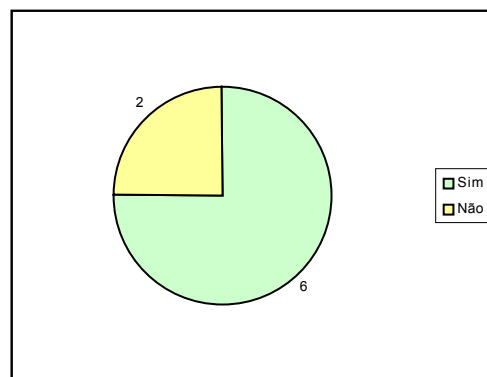
Questão 1

Existe algum investimento (financeiro ou não) em sua agência, destinado a programas ou projetos de melhoria de caráter social ou ambiental?

Rede de Agências



Áreas Administrativas

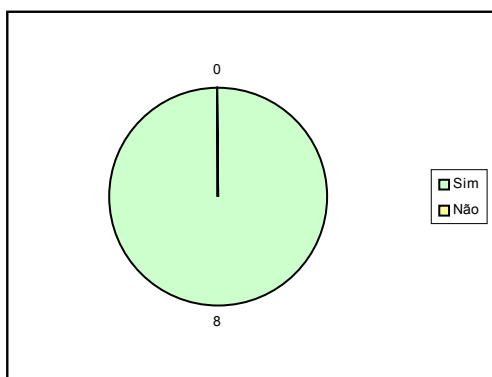


A segunda questão abordou a geração de resíduos sólidos na unidade. Todas as agências e unidades administrativas entrevistadas responderam afirmativamente a questão e o principal resíduo considerado foi o papel. Ao ser questionada a quantidade gerada, 01 unidade respondeu cerca de 100kg, as outras unidades responderam cerca 10kg. As demais não responderam sobre quantidades.

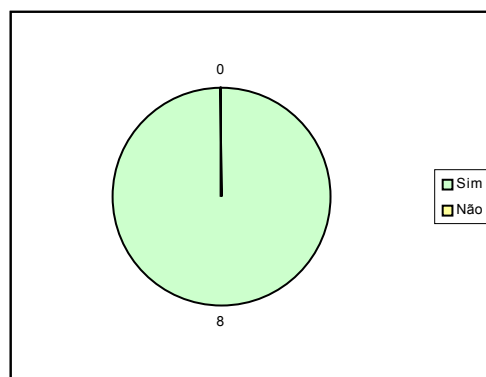
Questão 2

Em sua unidade (ou nas unidades) existe a geração de algum resíduo sólido (entulho, papéis, lixo)?

Rede de Agências



Áreas Administrativas

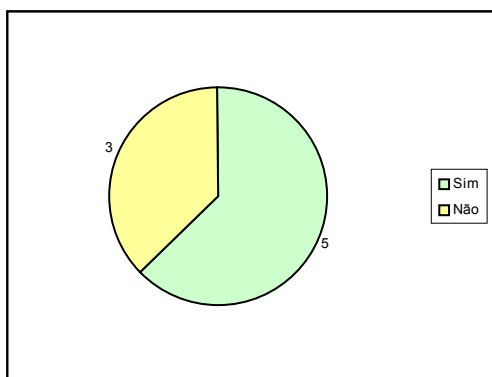


A terceira questão abordou a participação da unidade em algum programa de coleta seletiva de lixo. Cinco agências confirmaram a participação e apenas uma citou a entrega para a Usina de Reciclagem da PMSP. Nas unidades administrativas, das oito instituições pesquisadas, apenas duas responderam que não participam desse tipo de programa.

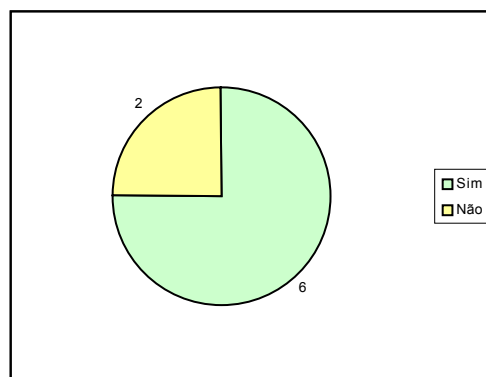
Questão 3

Essa unidade (ou as unidades administrativas) participa(m) de algum programa de coleta seletiva de lixo (papéis, plásticos, lâmpadas, cartuchos, entre outros)?

Rede de Agências



Áreas Administrativas



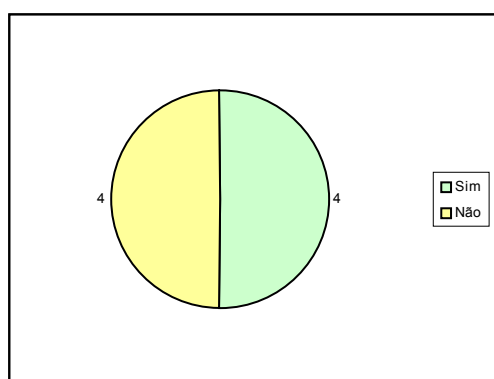
O questionamento sobre a existência de alguma outra agência, Posto de Atendimento Bancário – PAB ou unidade administrativa, participante de processo

de coleta seletiva, foi realizado na quarta questão. Metade das agências afirmaram que outras unidades possuem programas de coleta seletiva, sendo que uma das instituições possui esse programa em todas as agências, outro, possui cerca de 5% de sua rede envolvida nesse processo, 25% e 50% da rede envolvida nesse processo também foram percentuais citados. Quanto aos questionários das unidades administrativas, cinco das unidades citaram o envolvimento da rede de agências e três disseram não conhecer esse tipo de programa.

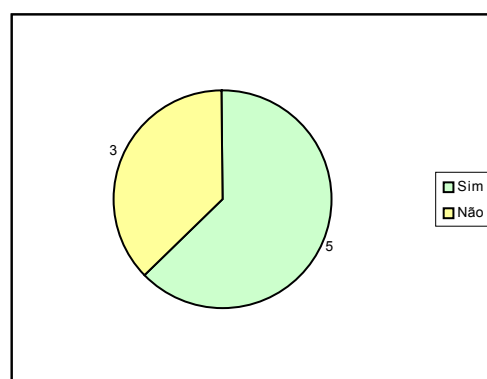
Questão 4

Você tem conhecimento de alguma outra agência ou PAB (ou outra área) que participa de processo de coleta seletiva?

Rede de Agências



Áreas Administrativas

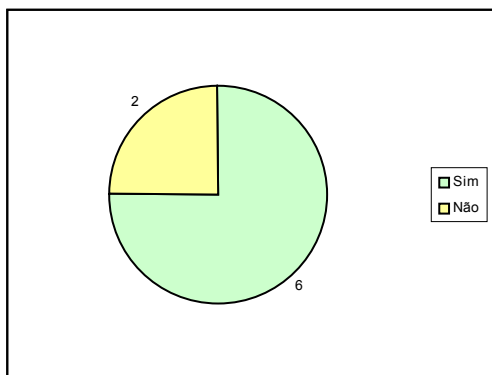


O incentivo da instituição ou da sua diretoria para participação em projetos de reciclagem ou redução de consumo foi tratado na quinta questão. Seis agências citaram a motivação através de circulares e email's; uma delas respondeu possuir programa de premiação para a unidade participante e uma citou a colocação de coletores na unidade. Na administração, apenas um dos envolvidos respondeu não conhecer incentivos a esse tipo de projeto; os demais citaram a utilização de meios eletrônicos, sites, comunicados internos e jornais de divulgação interna.

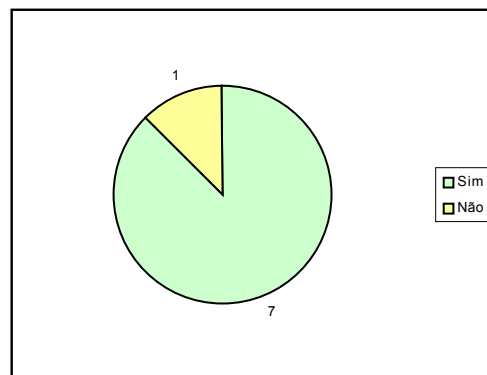
Questão 5

A Instituição ou sua Diretoria divulga ou incentiva a participação em projetos de reciclagem de materiais ou redução de consumo?

Rede de Agências



Áreas Administrativas

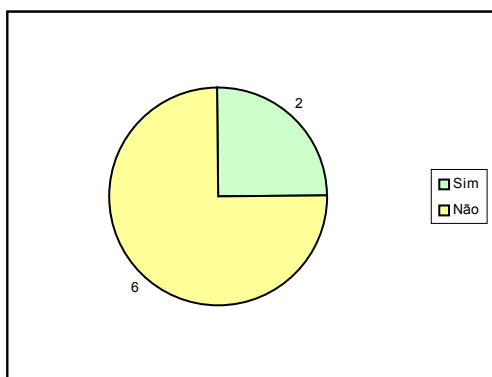


Na sexta questão, contemplou a remuneração pela participação em projetos de reciclagem ou coleta seletiva. Apenas duas agências afirmaram o benefício através da ajuda de custo, premiação e aplicação dos recursos obtidos em benefício próprio. Nas áreas administrativas, apesar da existência de programas de incentivos, não existe nenhuma espécie de remuneração, uma unidade citou o reconhecimento como forma de recompensa.

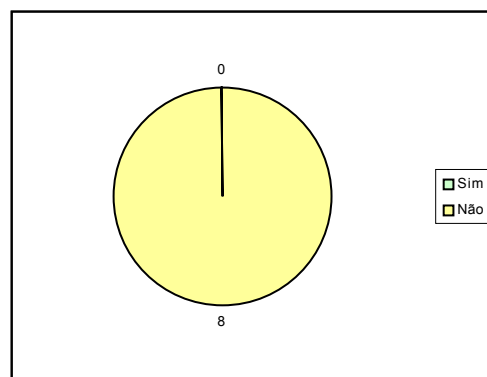
Questão 6

Caso sua agência ou PAB (ou unidade) participe de projetos de reciclagem ou coleta seletiva, a unidade recebe alguma remuneração sobre o trabalho realizado?

Rede de Agências



Áreas Administrativas

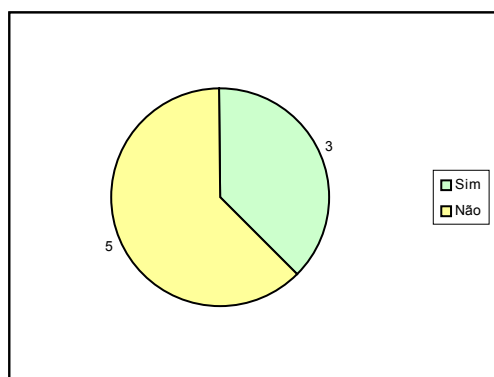


Na sétima questão, foi abordado o acompanhamento da destinação final dos materiais destinados a coleta seletiva. Três agências responderam afirmativamente o acompanhamento, sendo que apenas uma confirmou a realização de uma inspeção na empresa coletora do material. Nas áreas administrativas, três entrevistados responderam que existe esse acompanhamento, fazendo parte dos programas de reciclagem ou realizando vistorias com os coletores.

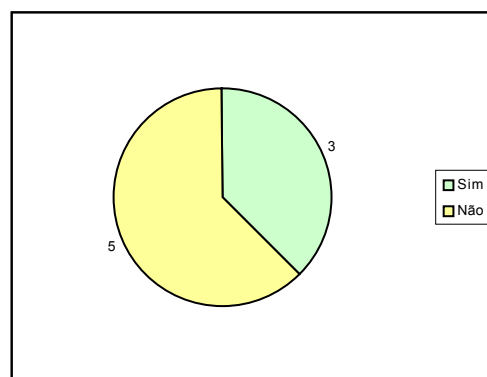
Questão 7

Quando sua agência / área administrativa participa em projetos de coleta seletiva, existe algum acompanhamento sobre o destino final desse material?

Rede de Agências



Áreas Administrativas

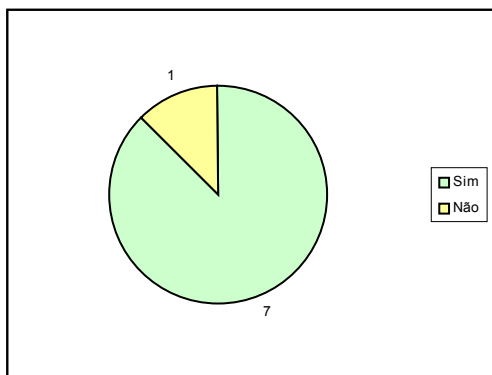


A oitava questão tratou da guarda do material. Foi questionado se nas dependências da unidade havia um local adequado para a guarda do material destinado à reciclagem ou coleta seletiva. Sete agências confirmaram a disposição do local, sendo que duas comentaram que mantêm o material na própria unidade (almoxarifado), uma encaminha aos coletores de papel e outra destina a uma central de coleta seletiva. Nas unidades administrativas, metade diz possuir local para esse fim; foram citadas: existência de coletores de papel, central de coleta seletiva, atuação da equipe de limpeza e cestos para coleta. Uma citou a alocação desse material no hall das escadas.

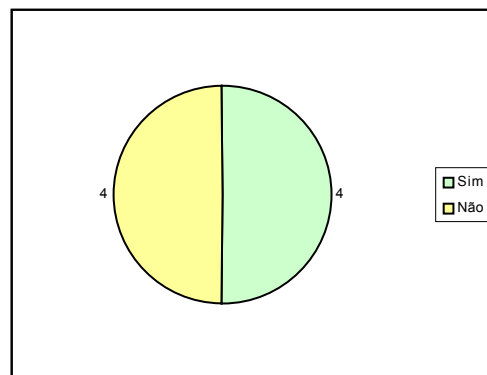
Questão 8

Existe algum local adequado para a guarda do material destinado a reciclagem ou a coleta seletiva?

Rede de Agências



Áreas Administrativas

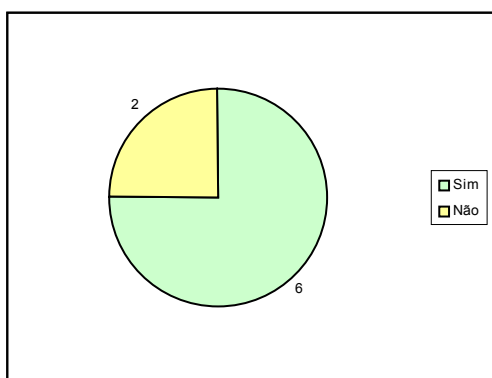


A questão número nove tratou sobre a existência de metas para a redução no consumo de recursos como energia elétrica, água, resíduos sólidos e emissão de gases na atmosfera. Em se tratando de energia elétrica, das seis agências que responderam afirmativamente, apenas uma unidade citou o percentual de 20% de meta para redução do consumo. Três unidades administrativas disseram não possuir metas para a redução de energia elétrica e cinco afirmaram a existência de metas, porém não citaram o percentual.

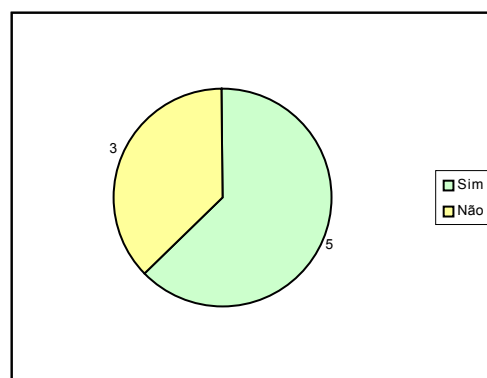
Questão 9

Sua unidade possui meta para a redução no consumo de energia elétrica?

Rede de Agências



Áreas Administrativas

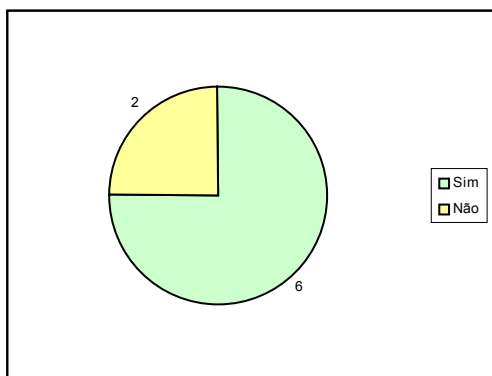


Quanto ao consumo de água, assunto da décima questão, um total de seis agências disseram não possuir meta de consumo; as duas agências que responderam afirmativamente não apresentaram nenhum percentual de redução. Já nas áreas administrativas, todas afirmaram a existência dessa meta.

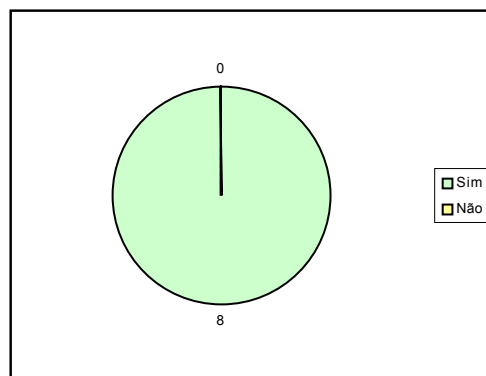
Questão 10

Sua unidade possui meta para a redução no consumo de água?

Rede de Agências



Áreas Administrativas

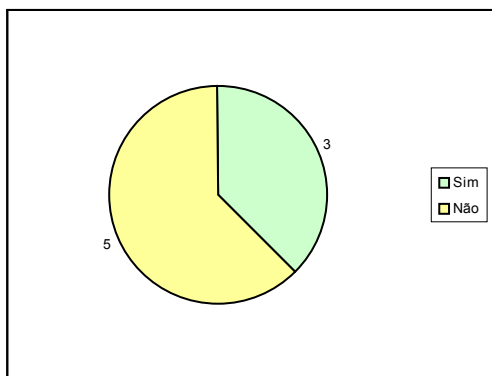


Quanto à redução na geração de resíduos sólidos, cinco agências não possuem metas específicas. Três agências e a totalidade das unidades administrativas responderam afirmativamente para a questão, porém apenas uma citou um percentual de 10% como meta de redução.

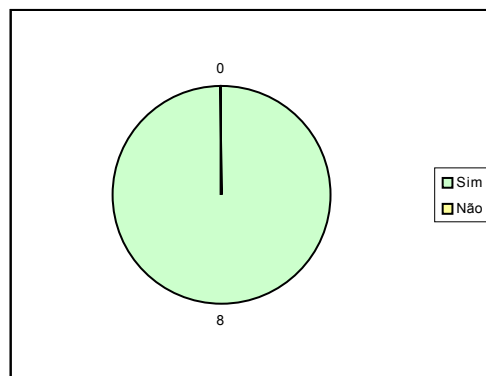
Questão 11

Sua unidade possui meta para a redução na geração de resíduos sólidos?

Rede de Agências



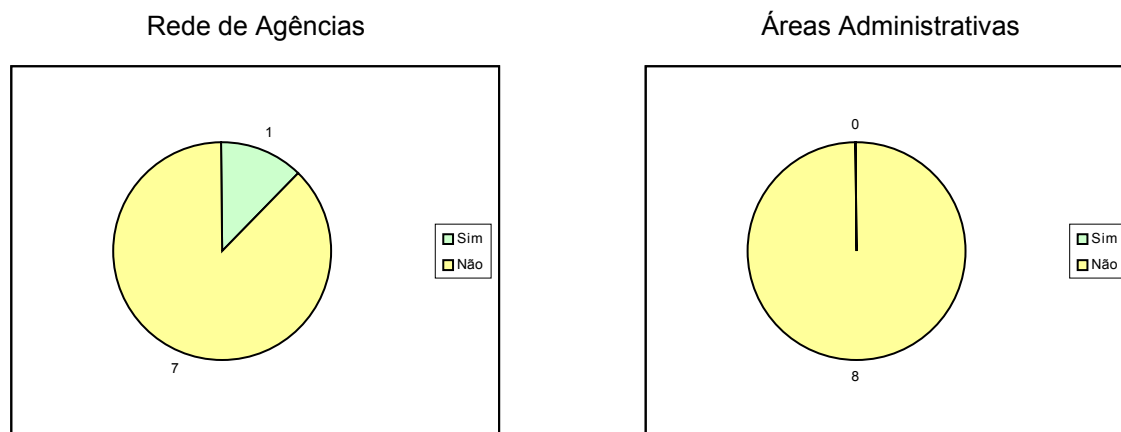
Áreas Administrativas



Sobre a redução na emissão de CO e de outros gases na atmosfera, nove agências e todas as unidades administrativas responderam não dispor de nenhuma meta específica ligada a essa questão. Ao ser questionada sobre qual seria sua meta, a agência que respondeu afirmativamente a questão, não sabia nem quanto, nem como, mas já tinha ouvido falar sobre isso.

Questão 12

Sua unidade possui meta para a redução na emissão de CO e outros gases na atmosfera?

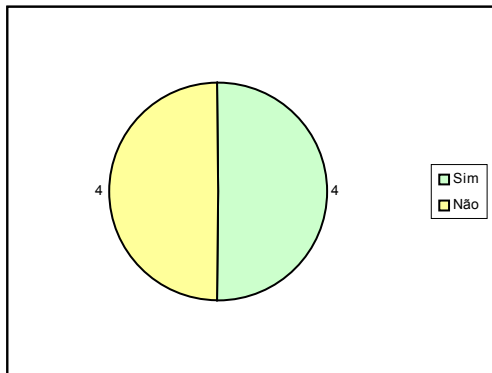


A décima terceira questão tratou sobre a integração da unidade com a comunidade, igreja ou prefeitura na realização de algum projeto social. Metade das agências afirmaram a participação em projetos, sendo que dessas, foram comentadas as participações através de ONG's, outra participa de um programa de estágio para menores e outra auxilia uma creche na comunidade. Nas unidades administrativas, também metade delas participam de projetos ligados a ONG's, programas de menores, trabalho voluntário e auxílio em programas do Governo.

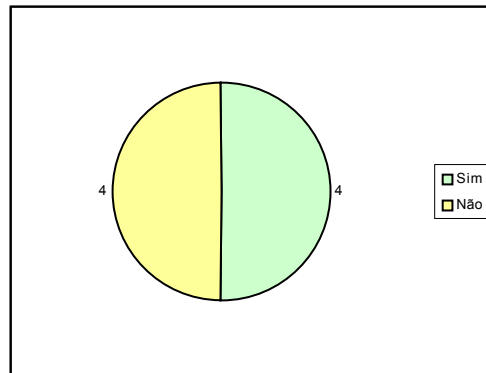
Questão 13

Sua unidade é integrada com a comunidade, igreja ou Prefeitura local para a realização de algum projeto social?

Rede de Agências



Áreas Administrativas

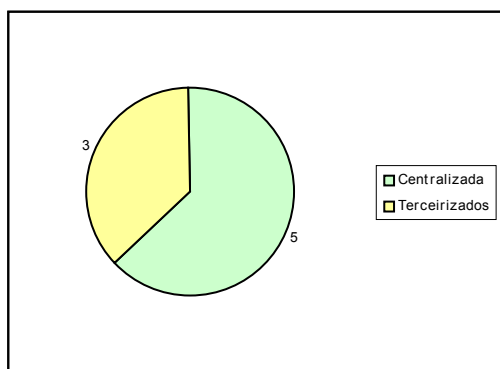


Foi questionado o abastecimento de materiais de consumo (itens de escritório e limpeza, por exemplo) para a unidade. Cinco agências fazem solicitação a uma unidade centralizada da instituição e três utilizam o serviço terceirizado para abastecimento desse tipo de material, que é considerado também um procedimento terceirizado visto que, provavelmente há um acompanhamento desse serviço pela instituição. Requisição de materiais para uma unidade centralizada é a forma utilizada por todas as unidades administrativas.

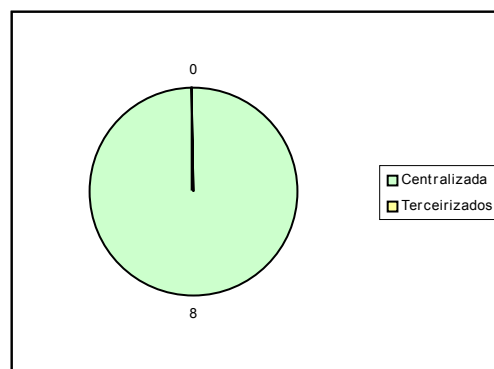
Questão 14

Como é realizado o abastecimento de materiais de consumo (formulários, copos, cartuchos, papéis) para a sua unidade?

Rede de Agências



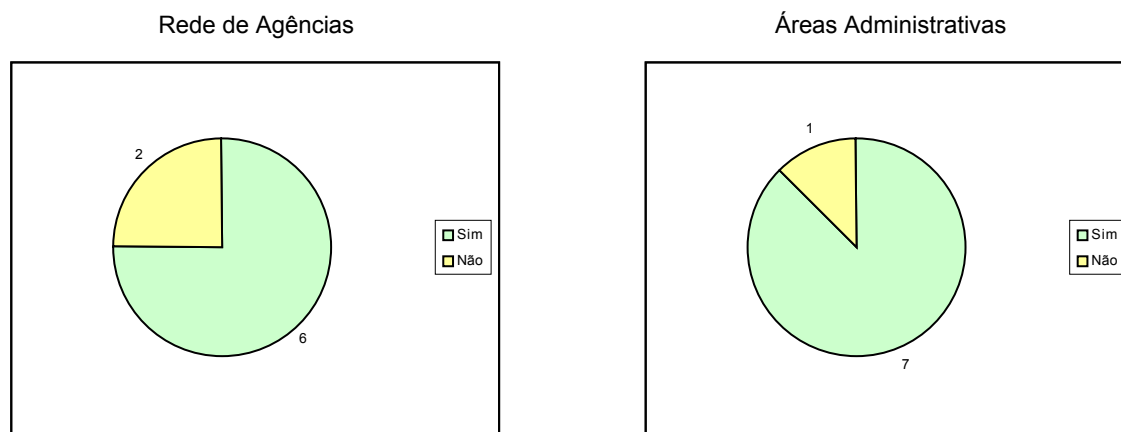
Áreas Administrativas



Quanto a instituição, a questão de número 15 tratou sobre o conhecimento da unidade sobre a política de compras. Seis das agências abordadas afirmaram conhecer essa política e duas desconhecem completamente suas regras; apenas uma das unidades administrativas afirmou conhecer a política de compras.

Questão 15

Você tem conhecimento sobre a política de compras da sua Instituição?

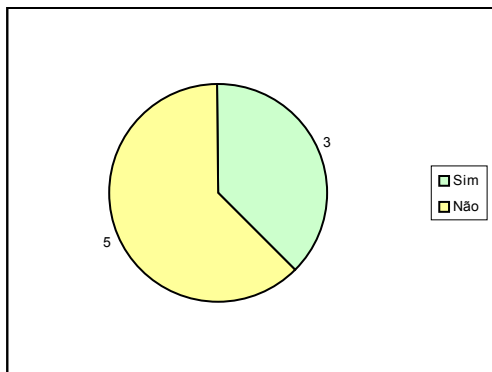


Dentro do conhecimento dessa política de compras, a décima sexta questão, tratou do conhecimento da unidade sobre alguma preocupação relacionada a questão ambiental na compra dos materiais de escritório, limpeza, higiene entre outros itens necessários a sua manutenção. Cinco das agências desconhecem esse tipo de preocupação, três afirmam que conhecem, sendo que uma unidade citou a redução de custos como principal objeto dentro da política de compras e escolha dos materiais, outra citou a adequação da política as normas de preservação ambiental; a preocupação com a utilização de materiais recicláveis foi citada por duas dessas unidades. Nas unidades administrativas, quase a totalidade tem preocupação com a compra de materiais, foram citados: utilização de materiais reciclados, redução de custos, atendimento a normas ambientais, preocupação com a geração de lixo e acompanhamento de fornecedores.

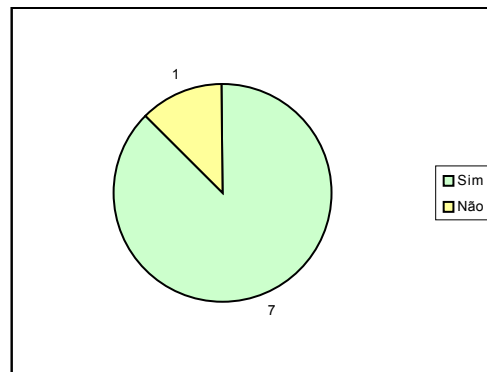
Questão 16

Você tem conhecimento sobre alguma preocupação ambiental na compra dos materiais de escritório, limpeza, higiene, entre outros, necessários a sua agência (unidade)?

Rede de Agências



Áreas Administrativas

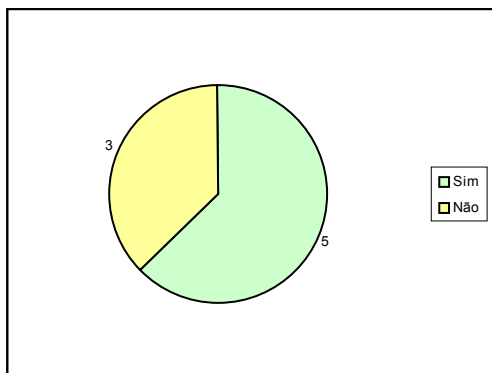


A existência de algum prestador de serviço trabalhando na unidade foi o tem da décima sétima questão. Três agências responderam negativamente e cinco afirmaram a existência desse tipo de mão-de-obra. Os setores citados em duas unidades foram limpeza, atividades de manutenção e segurança; uma unidade citou serviços de retaguarda, outra citou atividades de marketing e terceiros, não identificando a atividade, em outra. Serviços como consultoria e limpeza são as principais citações das unidades administrativas; três unidades pesquisadas afirmaram não possuir trabalho de terceiros.

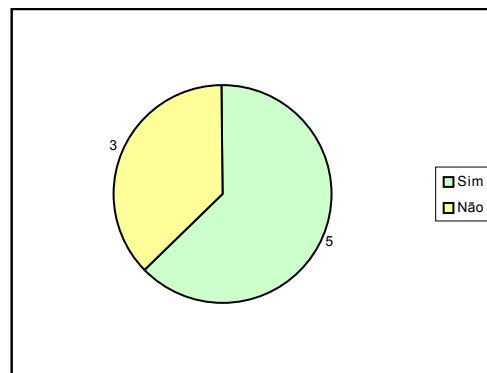
Questão 17

Existe algum prestador de serviço trabalhando em sua agência (unidade)?

Rede de Agências



Áreas Administrativas

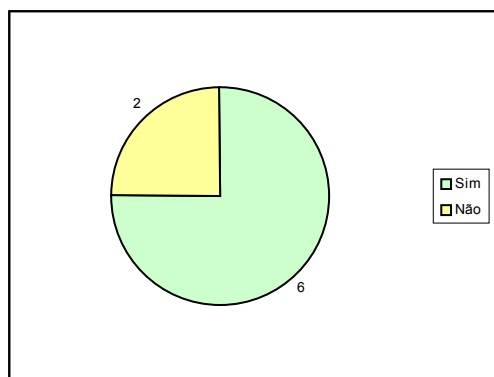


Com relação à contratação de prestadores de serviço, na décima oitava questão, foi tratada a preocupação com relação à utilização de trabalho infantil, respeito à legislação trabalhista e compromisso social e ecológico. Uma unidade administrativa e duas agências responderam negativamente; seis agências e sete unidades responderam afirmativamente, sendo citado por uma delas o programa de Auditoria SA 8000 como regulamentador, seguido de cláusulas no processo de contratação e auditorias externas.

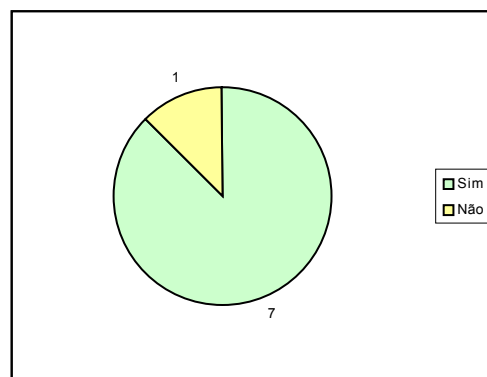
Questão 18

Na contratação de prestadores de serviço, incluindo pedreiros, faxineiros, eletricitas, existe preocupação com relação a utilização de trabalho infantil, respeito a legislação, compromisso social e ecológico?

Rede de Agências



Áreas Administrativas

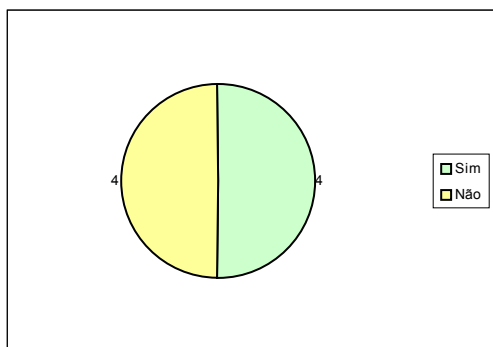


Com relação à concessão de empréstimos, financiamentos ou outra modalidade de crédito, a décima nona questão abordou a existência de alguma avaliação sobre o impacto ambiental que será causado na utilização do recurso objeto do crédito. Quatro agências afirmaram que não possuem nenhuma avaliação baseada nesses critérios e as outras quatro afirmaram existir essa preocupação, sendo que uma dessas citou a utilização de formulário específico e outra citou a realização de auditorias de impactos ambientais. Nas unidades administrativas, quatro não conhecem essa forma de avaliação e as outras quatro citaram a existência de auditorias de impactos ambientais e avaliações de projetos técnicos, sendo que dessas, três citaram a existências de áreas específicas para análises.

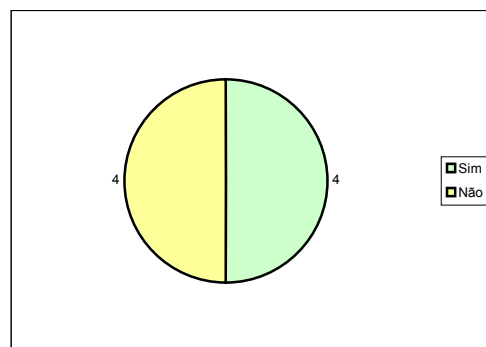
Questão 19

Para a concessão de empréstimos financiamentos ou outra modalidade de crédito aos clientes, especialmente Pessoa Jurídica, existe alguma avaliação sobre o impacto ambiental que será causado na utilização desse recurso?

Rede de Agências



Áreas Administrativas

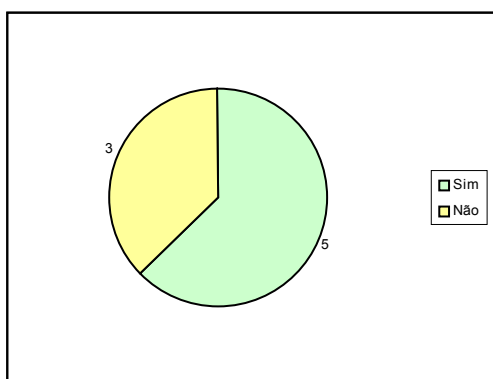


A última questão efetuada tratou sobre a realização de treinamentos, relacionados à análise de impactos ambientais. Dessas, cinco agências responderam que não receberam nenhum tipo de treinamento e três afirmaram que receberam treinamento, sendo uma em meio ambiente, sustentabilidade, consumo e lixo; outra, em reciclagem e consumo de energia; outra em meio ambiente, responsabilidade social, sustentabilidade e tratamento de resíduos. Nas áreas administrativas, apenas duas responderam que não receberam nenhum tipo de treinamento; das outras seis unidades, uma cita a participação em palestras e outra a utilização de ferramentas on-line para a realização desses treinamentos.

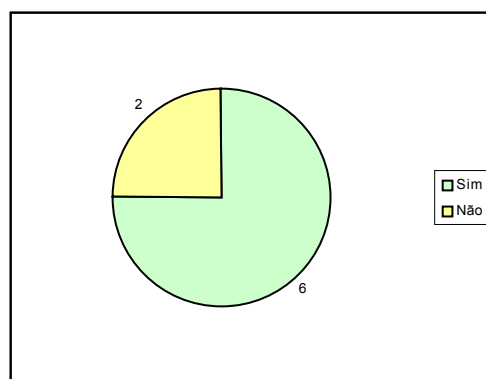
Questão 20

Você ou sua equipe, recebeu algum tipo de treinamento de sua diretoria relacionado a análise de impactos ambientais?

Rede de Agências



Áreas Administrativas



Os dados coletados na pesquisa indicam resultados variados em termos do grau de conhecimento entre as agências e áreas administrativas para algumas questões. Também se observa que o questionário aplicado ora confirma ora diverge dos resultados divulgados pela pesquisa realizada pela Febraban nos anos de 2004 e 2005. Assim a seguir, apresenta-se uma análise dos resultados alcançados.

4.1 Análise e discussão dos resultados

Segundo a Febraban (2005), os bancos obtiveram neste ano grandes avanços na introdução e condução de políticas ambientais com 10% realizando auditorias socioambientais em suas dependências ou nas dependências de seus clientes. Em relação a 2004, o percentual de instituições que declararam possuir sistemas de gestão com planos de objetivos e metas, alocação de recursos, preparação de empregados e auditoria, passou de 6,1 para 20%. A manutenção de funcionários especializados em riscos e oportunidades ambientais é prática comum para 36% deles. Do total de bancos pesquisados, 22% contribuem para a preservação da biodiversidade por meio de projetos de conservação de áreas protegidas ou programas de proteção a animais ameaçados.

Quando se trata da questão ambiental na execução das atividades diárias, existe uma grande preocupação vinculada ao tratamento de resíduos e redução da utilização de recursos naturais como água e energia. Tanto as agências como as áreas administrativas adotam ações voltadas a solução desse problema, porém, o controle desses tratamentos ou redução do consumo quando vinculado a metas, não apresenta a mesma preocupação, isso poderá ser visto abaixo:

- Redução de Resíduos Sólidos

Um primeiro aspecto que nos chama a atenção é a relação das áreas abordadas com o gerenciamento de resíduos. Existem semelhanças entre as respostas das agências e das áreas administrativas fornecidas na segunda questão da pesquisa realizada. Destaca-se o fato de que uma pequena parte das agências abordadas nem sequer reconhecem a geração de resíduos sólidos, mesmo sendo elas responsáveis por um grande consumo e descarte de papéis. Já nas áreas administrativas, todos os entrevistados responderam de forma afirmativa a geração de resíduos sólidos na unidade, reconhecendo a grande quantidade de lixo gerado.

Ainda tratando da questão de resíduos, quanto a medidas que poderiam ser entendidas como mais pró-ativas em relação a eles, outros fatos também nos chamam a atenção. Em primeiro lugar se destaca a discrepante meta para a redução da geração de resíduos; enquanto todos os entrevistados nas áreas administrativas informaram a existência de metas específicas para a redução de resíduos, menos da metade dos representantes das agências informaram terem metas para este objetivo. Quando questionados sobre a participação em programas de coleta seletiva, metade da rede de agências e quase todas as áreas administrativas confirmam a participação; esse número é idêntico ao apresentado quando foi questionado o grau de conhecimento da participação de outras agências ou áreas nesse tipo de programas. A ação centralizada, realizada institucionalmente, de redução de resíduos e coleta seletiva é bastante comum nas administrações dos grandes bancos e isso pode ter colaborado para esse diferencial; um outro fator que pode ser analisado é a proximidade das áreas administrativas com a alta direção. Nas agências, o estabelecimento de metas para o consumo e a participação em programas de coleta seletiva, na maior parte dos casos, depende da boa vontade dos seus gerentes e administradores.

Os percentuais apresentados na quinta e na sexta questão nos permitem outros questionamentos; quase a totalidade das agências reconhece o papel da divulgação e o estímulo da Diretoria para a participação em projetos de coleta

seletiva, porém, como dito anteriormente, apenas metade dessas agências, no momento da pesquisa, estavam efetivamente com um programa implementado. Nas áreas administrativas, também quase todas confirmam o incentivo da Diretoria e a participação nesses programas. Uma forma de motivação a esses projetos poderia ser algum tipo de remuneração, como eventos de integração, churrascos, brindes, etc, porém, grande parte das agências e a totalidade das áreas administrativas não recebem nenhuma remuneração sobre qualquer forma de trabalho realizado com esse objetivo.

A participação em projetos de reciclagem deve incluir o acompanhamento do serviço realizado, pelos catadores ou empresas especializadas, para se certificar da correta destinação final dos resíduos. Nessa questão, a grande maioria dos entrevistados não possui esse tipo de preocupação. Tanto as agências quanto as áreas administrativas consideram apenas “juntar” o material e dispor para a coleta como atividade de reciclagem.

Um outro item que deve ser observado é que a preocupação com a coleta seletiva limita-se apenas a materiais de baixa complexidade como papel e cartuchos de impressão. Esses foram os materiais citados pela totalidade dos entrevistados, não havendo nenhuma outra forma de reciclagem ou reuso, ou mesmo algum outro tipo de material como lâmpadas, plásticos e metais.

Ao se cruzar essas informações com os dados da pesquisa realizada pela Febraban (2004 e 2005), percebe-se que alguns dados podem ser confirmados. Isso pode ser percebido, por exemplo, pelo fato de que em 2004, 30% das instituições financeiras estavam envolvidas em programas de reciclagem, sendo que desses, 25% afirmaram adotar essa prática em todos os seus prédios administrativos e 6,1% disseram mantê-la também na rede de agências e postos de serviços. Já em 2005, esse número saltou para 62,5%. Também se confirmou na pesquisa que não é possível detectar uma evolução significativa no que se refere ao monitoramento, já que esses mesmos 30% da pesquisa Febraban

(2004) afirmaram manter um sistema de monitoramento com metas específicas para a redução de resíduos sólidos; em 2005, esse número saltou para 47,5%. O mesmo comentário também vale para a atividade de acompanhamento do destino de resíduos, garantindo sua disposição adequada e não agressiva ao meio ambiente, na pesquisa da Febraban de 2004, 39,4% exigem das empresas que retiram o material de suas unidades a apresentação de documentos que comprovem a correta destinação desses resíduos.

É possível também identificar pela pesquisa realizada, uma evolução percentual significativa de unidades administrativas e agências participando do programa de coleta seletiva. Enquanto na pesquisa da Febraban de 2004 esses números eram de 25% nos prédios administrativos e 6,1% na rede, os números da pesquisa atual apontam uma elevação nesses números. Tal fato talvez possa ser explicado pela grande expansão da preocupação com a coleta seletiva na Grande São Paulo nos últimos três anos.

– Política de Compras

Dentro da pesquisa realizada, outro item que merece destaque é o abastecimento de materiais de forma centralizada. Dentre as áreas administrativas e agências abordadas, pode-se considerar que todas são abastecidas por uma mesma área dentro de suas instituições. Essa forma de trabalho poderia servir até mesmo como um instrumento de educação ambiental, visto que um controle efetivo do consumo poderia servir para orientar as áreas com maiores gastos; além disso, a compra de materiais poderia servir como orientação de consumo, baseada no preço pago pelas unidades solicitantes pelo produto e no racionamento de materiais extremamente poluidores. Porém, observa-se durante a pesquisa que a centralização serve apenas como método de trabalho, não sendo detectada nenhuma outra forma de gerenciamento dessa atividade.

Na pesquisa realizada pela Febraban em 2005, cerca de 55% dos bancos brasileiros, possuem preocupação com a aquisição de materiais de consumo, dando especial atenção para produtos como papel reciclado e madeira certificada. Desses, apenas uma pequena parte estabelece diálogo constante com os fornecedores para que também se preocupem com os impactos causados por seus produtos e serviços.

– Consumo de água e energia

Quando se trata da relação com outros recursos naturais como água e energia, pode-se perceber bastante similaridade. Apesar das pequenas diferenças apresentadas, pode-se perceber uma certa preocupação com o consumo desses recursos. Com relação ao consumo de energia elétrica, metas para a redução são reconhecidas por um pouco mais da metade das agências e das unidades administrativas. Isso mostra a uniformidade na preocupação das instituições financeiras com esse tipo de recurso. É importante destacar que a forma de cobrança pelo consumo, realizada pelas Concessionárias de Serviços, é diferenciada entre essas duas unidades. Na maior parte dos casos, as agências são responsáveis pelo pagamento da energia e da água que consomem; enquanto que nas unidades administrativas ou não existe o pagamento sobre esse item especificou ou ele é elaborado de uma forma diferenciada. Uma outra questão que deve ser considerada é a quantidade de equipamentos eletrônicos existentes em uma agência, todos eles dependentes da energia para o seu funcionamento quase sempre por 24 horas, o que torna difícil uma redução ou controle muito acentuado no consumo desse recurso. Segundo a Febraban, em 2004, 66,7% das instituições possuem sistema de monitoramento e metas para a redução de consumo previamente estabelecida. Na pesquisa realizada em 2005, foi identificada uma participação muito próxima a esta na quantidade de bancos envolvidos no acompanhamento do consumo de energia elétrica, cuja rotina obedece aos mesmos padrões da redução do consumo de água.

No consumo de água, já se pode observar uma certa diferença entre o comportamento das agências e da administração. Apenas uma pequena parte das agências possuem metas para a redução do consumo, contrastando com a totalidade das unidades administrativas que reconhecem a necessidade de redução do consumo, fundamentada pelo estabelecimento de metas. Nesse item, devemos considerar que as áreas administrativas são favorecidas na redução do consumo, visto que muitas já possuem implantados programas institucionais para a redução de água e energia através da adoção de tecnologias que promovam o maior controle do consumo. Além disso, na maioria das agências, há de se ter um maior consumo, visto que elas em geral estão alocadas em áreas maiores como casas antigas e lojas, quase sempre com estacionamentos e jardins que precisam ser lavados e mantidos, não possuindo assim ferramentas que permitam um efetivo controle sobre o consumo. Na pesquisa Febraban, em 2004, 54,5% dos bancos pesquisados mantinham um sistema de monitoramento do consumo de água. Em 2005, esse número caiu para 50% das instituições, sendo que essas buscaram uma redução no consumo de água nas suas dependências através da identificação de novos equipamentos ou adequação da estrutura dos prédios.

– Qualidade do Ar

Com relação a emissão de CO e outros gases na atmosfera, pode-se concluir que essa preocupação ainda não chegou as Instituições Financeiras, pelo menos na percepção da sua rede de agências e das suas áreas administrativas. Praticamente todas as unidades pesquisadas não reconhecem qualquer ação voltada a solucionar essa preocupação, mesmo que existam algumas medidas para isso, como por exemplo, a troca dos aparelhos de ar condicionado por modelos mais modernos e mais econômicos no seu funcionamento.

– Meio Ambiente e Envolvimento com a Comunidade

A preocupação com as questões ambientais também está presente para grande parte das unidades pesquisadas. Nas agências, metade tem conhecimento de investimentos destinados a esse tema; já nas áreas administrativas, esse número é um pouco maior. Na pesquisa realizada pela Febraban, das instituições pesquisadas, 72% declararam que aplicam recursos destinados à redução, reutilização e reciclagem de resíduos. Esses mesmos percentuais são percebidos quando questionadas sobre o envolvimento de outras unidades na questão, o que mostra um significativo envolvimento de todas as instituições que pode ser justificado pelo aumento do incentivo das Diretorias para as ações relacionadas ao tema ambiental. A comunicação entre as áreas administrativas e agências, partindo da média gerência ou diretoria flui de uma forma bastante similar.

O envolvimento das unidades com a comunidade, igreja ou Prefeitura também demonstra uma preocupação do setor com seus “*stakeholders*”. Apesar de percentuais ainda bastante reduzidos, representados por cerca de metade das agências e das áreas administrativas abordadas, pode-se perceber um interesse pelo envolvimento social, tanto por parte das Instituições Financeiras como por parte dos seus colaboradores diretos.

– Emprego de mão-de-obra

Apesar de não ter sido claramente abordada na pesquisa, a questão “empregabilidade” também pode ser analisada de uma forma bastante peculiar. Existe uma grande preocupação entre praticamente todos os colaboradores do setor pela perda do emprego; o “fantasma” da demissão ronda tanto as áreas administrativas como as agências, porém, aparentemente nenhum deles demonstra qualquer preocupação com relação à contratação de mão-de-obra de terceiros, apesar de mais da metade das agências e das áreas administrativas contarem com esse tipo de recurso nas suas dependências. Isso nos faz crer que, para os colaboradores do segmento, a terceirização ainda é tratada como uma opção do terceirizado e não uma consequência das altas taxas de desemprego

apresentadas pelos indicadores econômicos e apontadas para o segmento. Não são considerados itens como queda salarial e perda de condições de trabalho e benefícios, como convênio médico, auxílio refeição, aposentadoria, entre outros. Apesar disso, mais da metade das agências e das áreas administrativas pesquisadas afirmaram ter preocupação com essa relação de trabalho, seus benefícios e sua legitimidade.

– Concessão de empréstimos / política de crédito

Quando se trata da concessão de crédito, percebe-se que esse tema ainda não atingiu a importância merecida. Apesar dos diversos movimentos do segmento voltado ao tema ambiental, tanto no Brasil como no exterior, quando é analisado na prática, no dia-a-dia das atividades, não é isso que acontece. Tanto nas agências como nas áreas administrativas, apenas a metade das unidades pesquisada tem esse tipo de preocupação, baseada na inserção da variável ambiental na concessão de crédito. Esse percentual se torna ainda mais preocupante se considerarmos que isso não representa necessariamente a colocação em prática dessas preocupações. Anteriormente já foi discutida a importância para a temática ambiental, a questão da utilização dos recursos financeiros baseados na utilização dos recursos oriundos dos financiamentos bancários para o desenvolvimento econômico e social. Mesmo considerando o fato de que muitas agências não possuem total autonomia para a concessão desses financiamentos, é essencial a existência de uma área específica capaz de analisar as solicitações efetuadas, considerando-se as variáveis ambientais. Hoje, a sensação transmitida pelas agências e funcionários abordados é que a preocupação na análise de crédito limita-se apenas as condições de garantia financeira e as vantagens que esse tomador possa oferecer e as taxas de juros que ele estaria disposto a pagar.

Segundo dados da Febraban (2005), das rotinas que envolvem a concessão de crédito, 40% dos bancos já adotam critérios socioambientais para a

análise e 20% desses bancos realizam treinamentos constantes das pessoas envolvidas nessa área. Essas ações têm como objetivo identificar o destino dos recursos para que sejam utilizados em consonância com políticas previamente estabelecidas pelos bancos. Ainda nessa pesquisa, dentre as linhas de crédito concedidas, 25% das instituições fornecem linhas de financiamentos específicos para o desenvolvimento de projetos que visam reparar danos ou melhorar a situação ambiental; 29,3% destinam recursos para projetos de grande relevância e destinados a prevenir e minimizar o impacto ambiental.

Quando se trata de investimentos do setor, e a grande maioria desses investimentos é voltada a aplicação de recursos financeiros, verifica-se uma pequena aplicação desse montante para a capacitação dos seus colaboradores, o que poderia servir como um instrumento para a conscientização ambiental. A realização de treinamentos atende menos da metade das agências e um pouco mais das áreas administrativas. Esses números, em contraste com a preocupação do setor com o tema e as facilidades que o segmento possui, ainda são baixos. Mesmo assim, os dados apurados diferem dos números apresentados pela pesquisa da Febraban. Nela, 33,3% dos bancos fizeram, em 2004, investimentos em programas de educação ambiental, em 2005, esse percentual diminuiu para 25% dos bancos. O diferencial entre a pesquisa realizada e os dados da Febraban podem ser justificados pela quantidade de pessoas capacitadas na realização de um único treinamento.

Dessa forma, através da análise desses resultados, pode-se concluir que preocupações com o meio ambiente, consumo, geração de resíduos sólidos e responsabilidade social, estão presentes em quase todas as Instituições Financeiras, o que difere é o grau de superficialidade com que cada uma pratica os conhecimentos sobre o tema. A questão ambiental, se plenamente considerada, ainda não faz parte do dia a dia dos executivos do setor.

Os resultados apresentados mostram muita semelhança nesses dois setores bastante distintos dentro de uma Instituição Financeira: sua rede de agências e sua área administrativa. Pode-se analisar essa semelhança por um lado positivo, considerando que o nível de informações flui de uma forma muito similar dentro das instituições, bem como é bastante similar o grau de envolvimento, frente às questões ambientais, dos colaboradores dessas duas áreas.

Outro aspecto a ser considerado é que, diante do grau de envolvimento de determinados setores empresariais e das perspectivas da própria sociedade, as instituições financeiras estão muito distantes de uma real consciência das questões ambientais. Considerando que o perfil de seus colaboradores é de uma classe média, com formação universitária e composta por jovens de cerca de 35 anos, é preocupante a falta de conhecimento nessa questão.

A análise das pesquisas realizadas pela Febraban com dados de 2004 e 2005 apresentou uma redução no grau do envolvimento e na preocupação das instituições bancárias sobre o meio ambiente. Quase todos os indicadores apresentaram uma redução de um ano para o outro, mostrando que as instituições estão direcionando seus objetivos para outras preocupações que não a questão ambiental.

Não se pode esquecer que se trata de um setor que tem apresentado sucessíveis recordes de rentabilidade, e cuja modernização de suas formas de trabalho, a tecnologia aplicada e abrangência das suas atividades, que chegam a ultrapassar níveis internacionais de qualidade, movidos pela força da globalização, apresentam condições extremamente favoráveis para apoiar o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente das questões ambientais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, serão feitas algumas considerações sobre os resultados obtidos, tanto com a revisão bibliográfica como pelas pesquisas de campo realizadas.

Em função do estudo teórico e prático existente no presente trabalho permitem-se diversas conclusões. Em primeiro lugar destaca-se a reafirmação do papel cada vez mais importante desempenhado pelos bancos no desenvolvimento da economia contemporânea.

Os empreendimentos bancários têm ocupado uma posição central nos processos de transformação econômica, seja por meio das atividades de financiamento, seja pela implantação de programas de gestão que visam uma maior relação das atividades bancárias à questão ambiental.

Além disso, os bancos vêm se beneficiando de um modelo econômico que propicia uma rentabilidade crescente de suas atividades, representando uma contribuição cada vez mais significativa no PIB nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Apesar disso, é importante destacar uma característica que por muito tempo foi negligenciada ao se discutir esta atividade. Os bancos estão adquirindo uma responsabilidade cada vez maior na questão de proliferação de impactos ambientais, simplesmente pelo fato desta variável se encontrar, até recentemente, ausente dos debates em relação à execução de suas atividades e o aumento dos riscos socioambientais nelas presentes. Conforme tratado neste trabalho, esta relação deve ser discutida a partir de duas perspectivas: a primeira, abordando a concessão de crédito e depois, a execução de suas operações diárias.

Neste segundo quesito, pode-se perceber uma forte tendência de adaptação dos seus processos aos requisitos de gestão ambiental, influenciados por imposição legal, pela necessidade de enquadramento frente aos consumidores dos produtos bancários e até mesmo por uma certa exigência do mercado, formado tanto por uma atual base de clientes, por seus clientes “*prospects*” e também pela própria concorrência;

Como aspecto positivo desta percepção, pode se destacar algumas iniciativas surgidas nos últimos anos com o objetivo de disseminar o conceito de responsabilidade socioambiental em todas as atividades bancárias. Ações como “Protocolo Verde”, “Princípios do Equador” e o desenvolvimento do “Guia de Ecoeficiência nas Atividades Bancárias” indicam a possibilidade de aperfeiçoamento das atividades bancárias de forma a incorporar novas metodologias para a concessão de empréstimos e financiamento e reduzir o consumo de recursos naturais.

Mesmo assim, no levantamento realizado para subsídio de informações a essa pesquisa, puderam ser observadas inconsistências nas medidas de gestão ambiental tomadas pelos bancos, sendo que a principal delas se concentra na relação discrepante entre a elevada rentabilidade obtida pelos bancos e o montante de recursos aplicados na questão ambiental.

Numa visão bastante particular, os projetos criados e bancados pelo segmento apresentam um grau de investimento e importância muito pequeno em relação ao potencial financeiro e abrangência geográfica dessas instituições, que chegam a atingir proporções mundiais. As ações tomadas, votadas à área social, tais como creches, programas educacionais, recuperação de parques e escolas, financiamento estudantil e até mesmo o desenvolvimento de programas voltados a educação dos seus próprios colaboradores, consomem parcelas muito pequenas perante os resultados financeiros que o setor apresenta; além disso, grande parte de suas ações envolvem o trabalho voluntário dos seus próprios colaboradores,

sendo que a instituição serve apenas como ponte entre estes e a realização das ações.

Ainda que essas iniciativas sejam importantes, esta pesquisa deixa claro que há ainda um longo caminho a percorrer para a configuração de uma efetiva responsabilidade socioambiental no dia-a-dia das instituições bancárias. As pesquisas citadas neste trabalho evidenciam essa necessidade. Como exemplo, se pode citar a pesquisa realizada pelo Fundo Mundial para a Natureza – WWF – denominada “BankTrack”, que contempla as atividades socioambientais dos principais bancos no mundo e é um instrumento importante para destacar a distância entre o discurso das instituições financeiras e prática.

Dos mais de 160 bancos existentes no Brasil, apenas cinco deles foram considerados nesta pesquisa; e destes, apenas dois tiveram uma pontuação significativa, sendo avaliados acima de 01 ponto numa tabela cujo critério de avaliação oscila de 1 a 4 pontos. Os outros bancos brasileiros avaliados, incluindo bancos compostos por capital privado e público, apresentaram resultados insignificantes.

Apesar de não termos dados mais atualizados para esta pesquisa, o confronto entre os dados apresentados com a pesquisa de campo realizada e os dados disponibilizados pelas pesquisas realizadas pela Febraban nos anos de 2004 e 2005, permite perceber que os números não tiveram grandes alterações. Em alguns aspectos, o cenário atual é ainda pior do que o apresentado quando da realização da primeira pesquisa. Ao que parece, deverão se passar muitos anos para que haja uma alteração significativa nesses indicadores, ainda mais se nossa pretensão for a de um cenário mais propício para as preocupações ligadas às questões ambientais.

Ainda dentro dessa linha de raciocínio, baseada na relação entre lucro e investimento, pode-se também comentar o posicionamento dos bancos no compromisso com a questão de “empregabilidade” ou geração de empregos.

Apesar de desenvolverem muitas ações voltadas à capacitação profissional e de ocuparem postos como de “um dos segmentos que mais emprega”, fica bastante claro pelos dados apresentados nessa pesquisa e aqueles fornecidos pela Febraban, a acentuada queda no número de colaboradores em substituição a informatização de processos e serviços. Mesmo havendo um aumento na Rede de Atendimento e do número de contas do setor, o aumento no número de funcionários terceirizados prestando serviços nas unidades bancárias evidencia a despreocupação com a geração de empregos diretos; cabe ressaltar que, apesar da existência de executivos atuando como consultores, a maioria dos serviços de terceiros é ligado às áreas de limpeza e segurança que em sua grande maioria, é composto por uma parcela da população carente de renda e de recursos.

Uma outra dificuldade encontrada que caracteriza muito claramente os problemas de gestão ambiental numa instituição bancária é a relação entre lucro e a própria problemática da questão ambiental. A concessão de empréstimos constitui uma das partes mais rentáveis aos bancos e uma análise rigorosa para a concessão desses empréstimos, levando em consideração os impactos ambientais que o tomador possa gerar, torna essa análise uma barreira para a geração e aumento dos lucros. A questão aqui é: até que ponto o banco estará disposto a abrir mão do lucro em favorecimento a qualidade ambiental; até que ponto, seus acionistas estarão dispostos a abrir mão do lucro para valorizar as ações socioambientais. Essas são questões que os próprios bancos precisarão responder e num espaço de tempo cada vez mais curto.

Existem ainda muitas iniciativas a serem tomadas que permitem a redução de custos e o retorno financeiro, em conjunto com uma contribuição ao meio

ambiente. Percebe-se, no entanto, que o impedimento que normalmente se encontra para a adoção destas práticas é a definição de como iniciar um programa voltado ao meio ambiente e como priorizar as áreas em que se deve trabalhar, de acordo com as necessidades e expectativas do segmento.

Para a introdução de um processo de implementação de gestão ambiental é importante uma mudança no discurso que a maioria dos técnicos usam em suas atividades. O termo “buscar fontes geradoras de poluição” soa para os dirigentes das organizações como crítica, insinua vocação poluidora e inibe a abertura do diálogo, ao contrário de sensibilizá-los de que o que se pretende buscar são as principais fontes geradoras e apresentá-las como verdadeiras oportunidades.

Cabe no presente trabalho a proposta para novas investigações, sendo que as considerações aqui são o início e o despertar da importância de se estudar as atividades de serviços e os impactos ambientais oriundos das atividades do segmento financeiro.

Outras questões deverão ser levantadas, proporcionando a integração de diversas variáveis, tais como objetivo, função, missão, atividades corretivas, preventivas e educativas, tanto no campo da tecnologia quanto em relação à capacitação dos principais atores envolvidos.

Pelo fato da ausência de estudos exploratórios relacionados ao tema meio ambiente nas instituições bancárias e o falso julgamento de que o vilão sob a forma de impacto ambiental se concentra especificamente nas atividades industriais, muito terá que ser feito neste segmento, possibilitando a consciência por parte das organizações de que, dependendo da intensidade, todas as atividades são geradoras de impactos ambientais.

Já existem muitas organizações atentas a estas questões, porém, inúmeras outras devem se voltar na busca de soluções para essas mesmas questões.

Embora sejam claras as limitações inseridas no presente estudo, é inegável que esta seja uma contribuição importante para a compreensão de se estudar o setor de serviços, destacando o segmento bancário como um campo novo de atuação para os profissionais ligados à área de meio ambiente.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO DOS BANCOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, **Balancete Mensal**, in *O Setor Bancário e seu Aprimoramento*, Ano VI, nº 63, São Paulo, março de 1979.

ASSOCIAÇÃO DOS BANCOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, **Balancete Mensal**, Vidigal, Geraldo. *O Sistema Financeiro e a Evolução da Economia*, Ano VI, nº 64, São Paulo, abril de 1979.

ADAMI Júnior, Humberto Santos. **A Responsabilidade Ambiental dos Bancos**. Rio de Janeiro: ADCOAS, nº 32, novembro de 2003.

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BLAT, Jorge. **Bancos Aderem a Causa Ecológica**. Balanço Financeiro, Ano XII, nº 120, abril de 1990.

BOUZAN, Ari. **Os Bancos Comerciais no Brasil: Uma Análise do Desenvolvimento Recente – 1965/1971**. São Paulo, novembro de 1972.

CARDOSO, Alexandre Jorge G. et al. **A Responsabilidade Social na Amazônia: O caso do Banco da Amazônia S/A**. VIII SEMEAD, BASA.

CARVALHO, L. Nelson, RIBEIRO, Maísa de Souza. **A Posição das Instituições Financeiras Frente ao Problema das Agressões Ecológicas**. IX Semana de Contabilidade do Banco Central do Brasil, 2000.

CLACDS, Latin American Center for Competitiveness and Sustainable Development. **Ecoefficiency Guide for the Latin American Financial Sector**. Guatemala, 2002.

CRUZ, Maria Cristina R. Alves. **A Implantação de um Programa de Conscientização Ambiental: Um Estudo de Caso no Santander Banespa**. São Paulo: VIII SEMEAD.

DESCANO, Linda. **Guia de Eco-eficiência para los Serviços Bancários**. UNEP, New York, 2001.

DAY, Robert M. Beyond. **Eco-Eficiency: Sustainability as a Driver for Innovation. PERSPECTIVES**. Global Leadership, março de 1998.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para educação corporativa**. São Paulo: Senac, 2003.

DONAIRE, Denis. **Interiorização da variável ecológica na organização das empresas industriais**. Tese de Livre Docência, São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/USP, 1992.

FONTENLA, Vicente Paz. **História dos Bancos no Brasil**. Rio de Janeiro, s.ed., 1977.

GARTNER, Ivan Ricardo. **Sistema de Apoio a Avaliação de Projetos Industriais para Bancos e Agências Brasileiras de Financiamento do Desenvolvimento**. Tese de Doutorado, Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

JUSTE, Marília. **Bancos não cumprem promessas ambientais**. Relatório Fórum Econômico Mundial. Davos, Suíça, 2006.

KINLAW, D. C. **Empresa competitiva ecológica: desempenho sustentado na era ambiental**. Trad. L. P. A. de Araújo. São Paulo: Makron Books, 1997.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade Ambiental o Passaporte para a Competitividade; Ações para preservar o Meio Ambiente – O Protocolo Verde**. CRCSC & Você. A Revista do Contabilista Catarinense. Florianópolis/SC, dezembro de 2001 – março de 2002.

MAC DOWELL, Sílvia Ferreira e CORREA, Sílvia Fazzolari. **Meio Ambiente e o Mercado Financeiro**, in: **IV Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**. São Paulo: FGV, 1997.

MARINHO, Maerbal; KIPERSTOCK, Asher. **Ecologia industrial e prevenção da poluição: uma contribuição ao debate regional**. Análise de dados. Salvador/BA: SEI v.10 n.4 p.271.279, março de 2001.

NEUBER, Ilmar, et all. **A percepção dos clientes de um sistema de Internet Banking**. São Paulo: VII SEMEAD, 2003.

PEREIRA, Thúlio Cícero Guimarães. **Histórias de Bancos e Banqueiros: Uma Breve Análise Sócio-Política do Sistema Bancário**. Centro Federal de Educação Tecnológica/CEFET, Curitiba/PR, 2004.

PIRES, Francisco Hindenburgo. **Reestruturação Inovativa e Reorganização das Instituições Financeiras do Setor Privado no Brasil**. Revista Geouerj II, pp. 65-79, Rio de Janeiro/RJ, 1997.

PRATT, Lawrence. **Nueva vision para la Sostenibilidad: el Sector Privado y Medio Ambiente**. Centro Latinoamericano para la Competitividad y el Desarrollo Sostenible (CLACDS). Nueva Orleans/Luisiana, 2000.

REBOLLO, Mário Guilherme. **A contabilidade como instrumento de controle e proteção do meio ambiente**. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, nº104. Porto Alegre/RS, maio de 2001.

RIBEIRO, Maisa de Souza, MARTINS, Eliseu. **Ações das empresas para a preservação do meio ambiente**. Boletim nº 415 da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, 28/09/98.

RUIZ, Isabel Arauz. **Aplicación de Sistemas de Manejo Ambiental en las Entidades Bancarias Latinoamericanas: Programa de formación de “Gerentes Ambientales” en Alemania durante el período (2002-2003)**. Costa Rica, 2003.

SCHMIDHEINY, Stephan. **Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente.** Rio de Janeiro: FGV, 1992.

_____. **SHAPING THE FUTURE OF SUSTAINABLE FINANCE: Moving the Banking Sector from Promises to Performance.** WWF-UK In Association with BankTrack, 2006.

SOCIAL, Observatório. **Os “Princípios do Equador”:** Uma Abordagem do Setor para Instituições Financeiras sobre Determinação, Avaliação e Gerenciamento de Risco Ambiental e Social em Financiamento de Projetos. Tradução não-oficial, Florianópolis/SC: junho de 2004.

SOUZA, Alexandre Parigot de. **Os Bancos e as questões ambientais.** Em Gazeta Mercantil, São Paulo, 08/10/2004.

TAVARES, Marcus A.R., Carvalheiro, Nelson. **O Setor Bancário Brasileiro: Alguns Aspectos do Crescimento e da Concentração.** São Paulo: FIPE/USP, 1985.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira.** São Paulo: Atlas, 2002.

TOLEDO, Artur Ferreira de; DEMAJOROVIC, Jaques. **ATIVIDADE HOSPITALAR: Impactos ambientais e estratégias de ecoeficiência.** Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente/ENGEMA. Rio de Janeiro/RJ, novembro de 2005.

TOLEDO, Artur Ferreira de. **Ecoeficiência: um estudo a respeito das instituições hospitalares no município de Santo André.** Dissertação de Mestrado. São Paulo, Senac, 2005.

ZAGUETO, Valter. **Inserção de Variáveis Ambientais no Processo de Crédito dos Bancos que Atuam no Brasil**. Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina/SC, 2002.

Sites consultados:

www.febraban.com.br - acesso em 13/03/2006

www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/economia/sistfin/apresent/apresent.htm - acesso em 13/03/2006

www.pnud.org.br/meio_ambiente/reportagens/index.php?id01=1765&lay=mam - acesso 14/03/2006

APÊNDICE

Questionário para coleta de informações

Responsabilidade Social Empresarial – Bancos Privados

Banco: _____
Diretoria: _____
Diretor: _____
Fone: _____
Agência: _____
Contato: _____
Cargo: _____
Fone: _____

Agradecemos sua participação nesta pesquisa. Solicitamos que sejam respondidas as questões abaixo.

Ao final, estaremos destinando algumas linhas, caso queira observar algum item não contemplado nas questões, ou qualquer outro tipo de observação.

Caso não disponha de alguma informação aqui solicitada, favor indicar N/D – Não disponível. Caso a questão não se aplique a atividade de sua unidade, favor indicar N/A – Não se aplica.

Existe algum investimento (financeiro ou não) em sua agência, destinado a programas ou projetos de melhoria de caráter social ou ambiental?

- () Não
() Sim. Média de Investimentos: _____

Em sua unidade, existe a geração de algum resíduo sólido (entulho, papéis, lixo)?

- () Não
() Sim. Qual o volume mensal e qual o principal resíduo gerado? _____

Essa unidade participa de algum programa de coleta seletiva de lixo (papeis, plásticos, lâmpadas, cartuchos, entre outros)?

- () Não
() Sim. Qual? _____

Você tem conhecimento de alguma outra agência ou PAB que participa de processos de coleta seletiva?

- () Não
() Sim. Quantas (quantidade ou percentual da rede) _____

A Instituição ou sua Diretoria divulga ou incentiva a participação em projetos de reciclagem de materiais ou redução de consumo?

() Não

() Sim. De que forma? _____

Caso sua agência ou PAB participe de projetos de reciclagem ou coleta seletiva, a unidade recebe alguma remuneração pelo trabalho realizado?

() Não

() Sim. Quanto e de que forma é aplicada essa remuneração? _____

Quando sua agência / área administrativa participa em projetos de coleta seletiva, existe algum acompanhamento sobre o destino final desse material?

() Não

() Sim. Como esse acompanhamento é feito? _____

Existe algum local adequado para a guarda do material destinado a reciclagem ou coleta seletiva?

() Não

() Sim. Aonde? _____

Sua unidade possui metas para a redução de algum dos itens abaixo:

() Não () Sim – Redução no consumo de energia elétrica. Quanto? _____

() Não () Sim – Redução no consumo de água. Quanto? _____

() Não () Sim – Redução na geração de resíduos sólidos. Quanto? _____

() Não () Sim – Redução na emissão de CO e outros gases. Como? _____

Sua unidade é integrada a comunidade, igreja ou a prefeitura local para a realização de algum projeto social?

() Não

() Sim. Qual e de que forma? _____

Como é realizado o abastecimento de materiais de consumo (formulários, copos, cartuchos, papéis) para sua unidade? _____

Você tem algum conhecimento sobre a política de compras de sua instituição?

() Não

() Sim.

Você tem conhecimento sobre alguma preocupação ambiental na compra dos materiais (escritório, limpeza, higiene, entre outros) necessários à sua agência?

() Não

() Sim. Que tipo de preocupação? _____

Existe algum tipo de prestador de serviço trabalhando em sua unidade?

() Não

() Sim. Qual função? _____

Na contratação de prestadores de serviços (inclusive pedreiros, eletricitas, faxineiros, entre outros) existe preocupação com relação a utilização de trabalho infantil, respeito à legislação, compromisso social e ecológico?

() Não

() Sim. Como é avaliado? _____

Para a concessão de empréstimos, financiamentos ou outra modalidade de crédito aos clientes, especialmente PJ, existe alguma avaliação sobre o impacto ambiental que será causado com a utilização desse recurso?

() Não

() Sim. Como esse impacto é avaliado? _____

Você ou sua equipe recebeu algum tipo de treinamento de sua diretoria relacionado a análise de impactos ambientais?

() Não

() Sim. O que foi abordado nesse treinamento? _____

Observações:

ANEXO A

Quadro demonstrativo de impactos gerados na operação das atividades bancárias

SETOR/ÁREA	ATIVIDADE	OUTPUT	IMPACTO
PORTARIA	ENTRADA E SAÍDA DE VEÍCULOS E PESSOAS	ENERGIA ELÉTRICA	USO RNR
		EFLUENTES	REDE DE ESGOTO PÚBLICO
		RESÍDUOS DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		RESÍDUOS DE LÂMPADAS	TRATAMENTO
		RESÍDUOS ORGÂNICOS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		CAFÉ LÍQUIDO	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		EMBAL. PLÁSTICA	CONSUMO HUMANO RETORNO AO CONSUMIDOR
		RESÍDUOS DE COPOS PLÁSTICOS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
ESTACIONAMENTO	ENTRADA E SAÍDA DE VEÍCULOS	ENERGIA ELÉTRICA	USO RNR
		EFLUENTES	REDE DE ESGOTO PÚBLICO
		RUIDO	POLUIÇÃO SONORA
		EMIÇÃO ATMOSFÉRICA (GASES E VAPORES)	ALTERAÇÃO DA QUALIDADE DO AR
VESTIÁRIO SANITÁRIO	HIGIENE E LIMPEZA PESSOAL	ENERGIA ELÉTRICA	USO RNR
		EFLUENTES	REDE DE ESGOTO PÚBLICO

		RESÍDUOS DE PAPÉIS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		RESÍDUOS DE PAPÉIS CONTAMINADOS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		RESÍDUOS PLÁSTICOS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		RESÍDUOS DE PRODUTOS DE LIMPEZA (EMBALAGEM DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, PAPELÃO, MATERIAIS FERROSOS E NÃO FERROSOS)	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
REFEITÓRIO	ATIVIDADES DIVERSAS DE ALIMENTAÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA	USO RNR
		EFLUENTES	REDE DE ESGOTO PÚBLICO
		RESÍDUOS ORGÂNICOS E EMBALAGENS (PLÁSTICOS, PAPEL, PAPELÃO, MADEIRAS, METAIS FERROSOS E NÃO FERROSOS)	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		RESÍDUOS MATERIAIS DE LIMPEZA EMBALAGENS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		RESÍDUOS DE EMBALAGENS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
MANUTENÇÃO	ATIVIDADES DIVERSAS DE MANUTENÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA	USO RNR
		EFLUENTES	REDE DE ESGOTO PÚBLICO
		RESÍDUOS DE ÓLEOS E GRAXAS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		RESÍDUOS DE LÂMPADAS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		RESÍDUOS DE MATERIAIS FERROSOS E NÃO FERROSOS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		GASES E VAPORES E EMBALAGENS RETORNÁVEIS	ALTERAÇÃO DA QUALIDADE DO AR

		RESÍDUOS DIVERSOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
ADMINISTRAÇÃO	ATIVIDADES DIVERSAS ADMINISTRATIVAS	ENERGIA ELÉTRICA	USO RNR
		EFLUENTES	REDE DE ESGOTO PÚBLICO
		RESÍDUOS DE PAPÉIS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		RESÍDUOS DE PLÁSTICOS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		RESÍDUOS DE METAIS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		RESÍDUOS DE TONER E EMBALAGENS RETORNÁVEIS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		RESÍDUOS DE TINTA E EMBALAGENS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
CENTRAL DE AR CONDICIONADO	REFRIGERAÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA	USO RNR
		EFLUENTES	REDE DE ESGOTO PÚBLICO
		EMIÇÃO ATMOSFÉRICA EMBALAGENS RETORNÁVEIS	ALTERAÇÃO DA QUALIDADE DO AR
CAIXAS	SERVIÇOS DE ENTRADA E SAÍDA DE DINHEIRO	ENERGIA ELÉTRICA	USO RNR
		RESÍDUOS DE PAPÉIS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		RESÍDUOS DE METAIS, PLÁSTICOS, MADEIRAS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		RESÍDUOS DE FITAS P/ MÁQUINAS REGISTRADORAS	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
CAIXA ELETRÔNICO	SERVIÇOS DE CAIXA ELETRÔNICO (AUTO ATENDIMENTO)	ENERGIA ELÉTRICA	USO RNR

		RESÍDUOS DE PAPEL TÉRMICO	OCUPAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO
		PAPEL MOEDA	USO CONTÍNUO
COFRE	GUARDA DE VALORES	ENERGIA ELETRICA	USO RNR
		RESÍDUOS DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	OCUPAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
		VALORES	USO CONTÍNUO

Tabela adaptado com base em: TOLEDO, Artur Ferreira de. Ecoeficiência: um estudo a respeito das instituições hospitalares no município de Santo André. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário SENAC. São Paulo, 2005.

ANEXO B

Protocolo Verde

A instituição do Grupo de Trabalho para a incorporação da variável ambiental na gestão e concessão de crédito oficial e benefícios fiscais decorre da preocupação do atual Governo em buscar mecanismos que evitem a utilização de créditos oficiais e benefícios fiscais em atividades que sejam prejudiciais ao meio ambiente.

Compõem o Grupo, representantes do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento e Orçamento, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, do Banco Central do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, do Banco do Brasil SA, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Nordeste do Brasil SA, e do Banco da Amazônia SA.

Em consonância com o princípio constitucional de que cabe ao poder público e à coletividade defender e preservar o meio ambiente, a Lei 6938, de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, dispõe, em seu artigo 12, que "As entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais condicionarão a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios ao licenciamento, na forma da Lei, e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo CONAMA". A Lei prevê, também, para aqueles que não cumprirem as determinações exigidas, a "perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito".

Desta forma, os recursos financeiros do Governo priorizarão projetos que apresentem maiores características de auto-sustentabilidade e que acarretarem menores danos ao meio ambiente.

No cenário internacional, pode-se perceber uma tendência na gestão ambiental de uma gradual passagem do método tradicional de comando e controle para o da utilização de instrumentos econômicos. Pelo primeiro, o Governo estabelece regulamentações para o uso dos recursos ambientais e passa a fiscalizar o cumprimento da legislação, punindo eventuais infratores. Pela outra sistemática, os preços dos bens ambientais devem refletir, o mais corretamente possível, os valores que lhes sejam imputados pela sociedade, de forma que se possa cobrar adequadamente pelo uso desses bens, seja de forma direta quanto indireta, via taxas, subsídios, etc.

Uma combinação dos dois sistemas, comando e controle e instrumentos econômicos, é a melhor forma de se empreender as correções necessárias para que o mercado funcione ajustado do ponto de vista social e ambiental. Assim, o papel desempenhado pelo Estado na área ambiental não pode ser apenas o daquele que regulamenta e fiscaliza, mas sim o de um Estado que promova e garanta o desenvolvimento sustentável.

O Papel dos Bancos

As instituições financeiras oficiais possuem um papel fundamental no cumprimento da política ambiental, uma vez que podem atuar de forma preventiva, desde a análise inicial do projeto até a sua efetiva implementação.

A atividade do setor bancário pode complementar a ação que vem sendo adotada por empresas do setor produtivo que já se encontram utilizando práticas ambientalmente saudáveis, muitas vezes antecipando-se às próprias exigências e normas legais, em resposta ao aumento da conscientização da sociedade.

Além da manutenção ou da instituição de exigências legais e da incorporação dos custos ambientais nas análises de projetos, os bancos podem promover a

recuperação e proteção do meio ambiente, por meio de linhas de financiamento específicas.

As instituições financeiras representadas no Grupo já exigem o cumprimento do licenciamento ambiental para a concessão de créditos com recursos oficiais. Entretanto, o grau de participação no acompanhamento e nas recomendações decorrentes dos estudos de impacto ambiental é diferenciado. Pode-se notar, ainda, que, em geral, a observância da legislação ambiental é mais efetiva quando se trata de empreendimentos industriais, especialmente aqueles localizados em áreas urbanas ou que requeiram maior aporte de capital.

BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES vem incorporando a variável ambiental em seu processo de análise e alocação de créditos desde 1976. Na década de 80, a partir de um intercâmbio com o Banco Mundial, intensificou-se o envolvimento com a questão ambiental, por meio da criação de linhas de crédito específicas para o meio ambiente, tais como o apoio ao controle ambiental das empresas produtivas e, também, as que objetivavam o apoio à coleta, tratamento e disposição do lixo urbano e hospitalar.

O Departamento de Meio Ambiente e Estudos Macrossetoriais é o órgão interno que estabelece a estratégia de atuação do Banco na área ambiental. Na análise dos projetos apresentados ao BNDES, esse Departamento se utiliza de um sistema de classificação prévia dos projetos, segundo o grau de risco ambiental. Em financiamentos a projetos de controle do meio ambiente, o BNDES, desde 1986, já alocou mais de um bilhão de reais e se constitui na principal instituição nacional a apoiar tais projetos com créditos de longo prazo.

Nas operações indiretas, ou seja, no repasse de recursos da Agência de Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME, do BNDES-Automático e de outras linhas de crédito, os agentes financeiros devem requerer a documentação referente às exigências ambientais legais, avaliando, entre outros aspectos, se a utilização dos insumos é realizada de forma não predatória.

Banco do Brasil

No Banco do Brasil, caracterizado como um banco de múltiplas funções, agindo como banco comercial (crédito geral), banco setorial (crédito rural) e banco de desenvolvimento (gestor do Fundo Constitucional para a Região Centro-Oeste), a variável ambiental é tratada em diversas normas e recomendações.

Em financiamentos industriais, o licenciamento ambiental é exigido e, para o financiamento da comercialização da pesca, madeira, borracha e outros produtos extrativos, as normas internas se tornam ainda mais rigorosas. Por exemplo, o Banco não financia serrarias que utilizem madeiras oriundas de floresta nativa. Com relação ao crédito rural, o Banco do Brasil possui convênios com empresas de assistência técnica, que se comprometem a recomendar tecnologias de produção exequíveis, dotadas de práticas conservacionistas adequadas à defesa do solo e do meio ambiente, consoante a legislação ambiental em vigor.

Com relação aos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), principal fonte de recursos internos para operações incentivadas de longo prazo, geridas pelo Banco do Brasil, é exigido, na apresentação dos projetos, o cumprimento da legislação ambiental, especialmente naqueles relativos ao controle e preservação do meio ambiente e equilíbrio ecológico. Em projetos de reforma agrária, é incluída a cláusula contratual de comprometimento do devedor em conservar o meio ambiente, obedecendo a critérios técnicos e legais de preservação das matas ciliares, encostas e topos de morro, de conservação do solo e água, da utilização do manejo integrado de pragas, de proteção dos mananciais, de proteção da fauna e da flora e outras considerações de conservação ambiental indicadas na Constituição Federal e nas Constituições Estaduais. Isto também é válido para o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA.

BASA e BNB

O Banco da Amazônia S.A. - BASA, gestor dos recursos do Fundo Constitucional do Norte - FNO, orienta sua ação de fomento segundo o Plano de

Desenvolvimento da Amazônia - PDA, que contém políticas e programas cujas diretrizes são norteadas para a preservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais. Dessa forma, e cumprindo a legislação ambiental, o BASA, nos financiamentos do setor rural, exige a observância da preservação, como reservas florestais, de 50% da área de floresta amazônica e de 20% da área de cerrado com as respectivas averbações em cartório, certificados de regularidade e certidão negativa junto ao IBAMA, além de outras licenças previstas em lei.

O BASA dispõe, ainda, ao abrigo do FNO, do Programa de Apoio à Sustentação e Preservação do Meio Ambiente - PROSUMAN e do Programa de Desenvolvimento do Turismo Ecológico - PRODETUR, que são os principais instrumentos voltados para as questões ambientais. Além disso, no âmbito do FNO, existem linhas de crédito industrial para processamento e reciclagem de resíduos sólidos. Na área de indústria madeireira, só financia serrarias que desenvolvam projetos de manejo florestal, de reflorestamento, ou cuja linha de produção seja verticalizada.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, gestor dos recursos do Fundo Constitucional do Nordeste - FNE, além das exigências legais e normativas semelhantes às dos demais bancos mencionados, está instituindo um grupo de trabalho interdisciplinar, com vistas a desenvolver ações mais eficazes com relação ao meio ambiente, utilizando sistemas de classificação e análise semelhantes aos do BNDES.

Na área de crédito rural, o BNB mantém convênios com empresas de assistência técnica e possui em seus quadros o cargo de Técnico Agrícola, que tem como função recomendar modos de produção que observem práticas conservacionistas. Além disso, o Programa de Difusão Tecnológica - DITEC, que utiliza recursos do FNE, financia profissionais de ciências agrárias, para aquisição e manejo de propriedades rurais, exigindo que os referidos profissionais prestem serviços de assistência técnica e difusão tecnológica.

Caixa Econômica Federal

A Caixa Econômica Federal possui múltiplas funções, caracterizando-se como banco comercial e banco de fomento à habitação popular, ao desenvolvimento urbano e ao saneamento básico, gerindo vários fundos. Exige, a exemplo dos demais bancos representados, o licenciamento ambiental pelas autoridades competentes. Em particular, a variável ambiental tem obtido destaque nas operações de saneamento básico com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e de empréstimos externos junto ao Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, requerendo o estudo dos impactos ambientais para a macrodrenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário, afastamento de resíduos sólidos e obras de infra-estrutura urbana e habitação.

A Oferta de Recursos

No tocante à oferta de recursos, há uma disputa muito acentuada por fontes de longo prazo compatíveis com as características dos projetos ambientais que, por sua essência, requerem maiores prazos de maturação. Nesse sentido, a estabilização da economia pode ser excepcionalmente benéfica no tratamento ambiental, uma vez que permite maiores horizontes de planejamento. Considerando que os principais recursos financeiros para a área ambiental provêm do setor público e de fontes externas, a estabilização contribui, também, para uma maior transparência desses orçamentos. Em termos de recursos públicos, desempenham papel fundamental os Fundos Constitucionais regionais, o Fundo de Amparo ao Trabalhador e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, entre outros, que direta ou indiretamente alocam linhas de financiamento para a atividade ambiental.

Outra importante fonte de captação de recursos para a área ambiental é a utilização de incentivos fiscais existentes, tanto setoriais quanto regionais. O Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PDCT, do Ministério da Ciência e Tecnologia, por exemplo, tem um potencial a ser explorado por aqueles que desejem investir em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias mais limpas ou mais eficientes.

É fundamental, também, que a incorporação da variável ambiental não fique restrita ao crédito oficial ou aos benefícios fiscais. Este Grupo de Trabalho entende que é importante a ampliação do processo a todas as instituições financeiras, públicas ou privadas.

Por outro lado, a ausência de uma maior articulação entre as instituições financeiras e os órgãos de meio ambiente dificulta a identificação de critérios para priorizar projetos de menor custo ambiental e impede a sintonia necessária entre os cronogramas de análise e desembolso dos financiamentos e os prazos mínimos necessários para a concessão das licenças ambientais.

Recomendações

(a) Para as instituições financeiras que compõem o Grupo:

1. Explicitar seu compromisso com a variável ambiental, por intermédio de uma Carta de Princípios (anexo 1), que serviria tanto como guia interno para suas operações, como de estímulo aos clientes sobre a relevância do meio ambiente na elaboração e gestão de projetos. Esta atitude tem sido tomada por vários bancos públicos e privados em todo o mundo, ao aderirem à Declaração Internacional dos Bancos para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, patrocinada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

2. Constituir unidades ou grupos de técnicos que se dediquem especialmente para identificar a relação entre meio ambiente e as atividades econômicas, atuando internamente para a promoção e coordenação de atividades estratégicas quanto ao tema e participando de atividades externas com outras instituições. Tal providência é necessária para a plena incorporação da variável ambiental nas estruturas das instituições financeiras federais e executar os compromissos firmados pela diretoria na Carta de Princípios. As instituições financeiras poderão buscar apoio para o treinamento dessas unidades junto a fontes internacionais ou nacionais privadas.

3. Promover a difusão de conhecimentos sobre o meio ambiente para os empregados, por intermédio de treinamento, intercâmbio de experiências,

elaboração e análise de projetos ambientais etc. Seria também desejável a utilização da rede de agências para complementar iniciativas de educação ambiental.

4. Adotar sistemas internos de classificação de projetos, que levem em conta o impacto sobre o meio ambiente e suas implicações em termos de risco de crédito. Este procedimento facilitará a análise dos projetos nas diversas áreas operacionais dos bancos e permitirá priorizar propostas que utilizarem técnicas e procedimentos ambientalmente sustentáveis.

5. Identificar mecanismos de diferenciação nas operações de financiamento, em termos de prazos e taxas de juros, com base na mensuração dos custos decorrentes de passivos e riscos ambientais.

6. Promover a criação de linhas de financiamento para as atividades de reciclagem, recuperação de resíduos e recuperação das áreas de disposição.

(b) Para o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal:

1. Propor ao Ministério da Fazenda a submissão de voto ao Conselho Monetário Nacional contendo proposta de norma que estabeleça obrigatoriedade para as instituições financeiras do país, no financiamento de projetos que apresentem risco ambiental, exigirem dos tomadores de créditos o cumprimento da legislação ambiental.

2. Propor ao Presidente do Banco Central que representantes do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal participem do monitoramento da exigência do Manual de Crédito Rural e Industrial de observância da variável ambiental na concessão de crédito.

3. Propor ao Ministério do Planejamento e Orçamento o estabelecimento de mecanismos para que as aplicações de recursos bilaterais, multilaterais e públicos

de origem nacional destinados à recuperação, preservação e melhoria do meio ambiente, fiquem a salvo de restrições de controle monetário de natureza conjuntural.

4. Propor aos conselhos gestores dos diferentes fundos constitucionais, regionais e setoriais uma melhor identificação dos recursos aplicados no meio ambiente, além da criação de programas específicos objetivando a proteção, conservação e melhoria ambiental.

5. Articular, juntamente com o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e demais órgãos responsáveis, uma política de financiamento das atividades que envolvam a exploração de recursos naturais renováveis (atividades pesqueiras, florestais e de extrativismo vegetal e animal), de forma a levar em conta os limites impostos pelos ecossistemas, com vistas a impedir a superexploração e o desperdício freqüentemente encontrados nesses setores.

6. Desenvolver uma política de incentivo às atividades de reciclagem, recuperação de resíduos e recuperação das áreas de disposição.

7. Incluir no Cadastro de Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), os responsáveis por obrigações pecuniárias referentes a meio ambiente, segundo as determinações da Medida Provisória 1.110, de 30 de agosto de 1995. O acesso das instituições financeiras oficiais a estas informações impedirá que os inadimplentes realizem operações com linhas oficiais de crédito até a regularização de suas pendências.

8. Propor ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e ao Ministério da Fazenda a compatibilização da Lei 8 629, de 25 de fevereiro de 1993, (que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária), da Lei 8847, de 28 de setembro de 1994, (que dispõe sobre o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR), e do Decreto 1.282, de 19 de outubro de 1994 (que dispõe sobre a exploração das florestas na Amazônia).

9. Propor ao Ministério da Ciência e Tecnologia ação conjunta para difundir os mecanismos do Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para a pesquisa de novas tecnologias e procedimentos mais limpas e mais eficientes.

10. Propor a criação de comissão permanente, com a mesma composição deste Grupo de Trabalho, com o objetivo de:

a) acompanhar e apoiar a incorporação da variável ambiental nas instituições financeiras, convidando, eventualmente, a participação das demais agências federais (FINEP, SUDENE, SUDAM, Secretaria de Política Urbana, etc.) e representantes de instituições financeiras estaduais e privadas, para o aperfeiçoamento da gestão do crédito em relação ao meio ambiente;

b) acompanhar a consolidação das normas legais e de gestão sobre o meio ambiente para uso das instituições financeiras;

c) promover iniciativas junto aos órgãos federais responsáveis para compatibilizar legislações conflitantes intra e extra-ambientais;

d) buscar o aumento dos recursos para projetos ambientais e de desenvolvimento sustentável, ampliando o acesso dos clientes das instituições financeiras federais a fundos nacionais e internacionais, e, em conjunto com a autoridade monetária, promover a criação de mecanismos de captação de recursos em mercado que possam ser direcionados para iniciativas de recuperação e preservação do meio ambiente;

e) incrementar o relacionamento dos agentes financeiros com os órgãos componentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, para identificar formas de colaboração e cooperação para a integração desses órgãos, em particular frente à demanda adicional que poderá decorrer da incorporação da variável ambiental pelas instituições financeiras;

f) promover a colaboração dos agentes financeiros na implementação por parte das empresas brasileiras de princípios de gestão ambiental, que vierem a ser estabelecidos, como na ISO-14 000;

g) promover estudos para o desenvolvimento de um sistema de seguro ambiental para a prevenção de sinistros que causem problemas ambientais em atividades financiadas;

h) promover estudos para identificar formas de incrementar os recursos destinados ao investimento rural. Atualmente a carência de recursos determina que esses sejam direcionados para o custeio, inviabilizando inversões em conservação e recuperação dos recursos naturais necessárias para a sustentabilidade da atividade rural;

i) promover estudos para aumentar a oferta de recursos de fundos geridos pela Caixa Econômica Federal ou de outras fontes destinados ao saneamento básico, à recuperação de unidades habitacionais e à revitalização de áreas urbanas, evitando novas pressões sobre o meio ambiente.

Anexo 1

CARTA DE PRINCÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os bancos abaixo assinados reconhecem que podem cumprir um papel indispensável na busca de um desenvolvimento sustentável que pressuponha uma contínua melhoria no bem estar da sociedade e da qualidade do meio ambiente. Para tanto, propõem-se a empreender políticas e práticas bancárias que estejam sempre e cada vez mais em harmonia com o objetivo de promover um desenvolvimento que não comprometa as necessidades das gerações futuras.

Princípios Gerais do Desenvolvimento Sustentável:

1.A proteção ambiental é um dever de todos que desejam melhorar a qualidade de vida no planeta e extrapola qualquer tentativa de enquadramento espaço-temporal.

2.Um setor financeiro dinâmico e versátil é fundamental para o desenvolvimento sustentável.

3.O setor bancário deve privilegiar de forma crescente o financiamento de projetos que não sejam agressivos ao meio ambiente ou que apresentem características de sustentabilidade.

4.Os riscos ambientais devem ser considerados nas análises e nas condições de financiamento.

5.A gestão ambiental requer a adoção de práticas que antecipem e previnam degradações do meio ambiente.

6.A participação dos clientes é imprescindível na condução da política ambiental dos bancos.

7.As leis e regulamentações ambientais devem ser aplicadas e exigidas, cabendo aos bancos participar da sua divulgação.

8.A execução da política ambiental nos bancos requer a criação e treinamento de equipes específicas dentro dos seus quadros.

9.A eliminação de desperdícios, a eficiência energética e o uso de materiais reciclados são práticas que devem ser estimuladas em todos os níveis operacionais.

10.Os princípios aqui assumidos devem constituir compromisso de todas as instituições financeiras.

Assinam,

Banco do Brasil S.A.

Caixa Econômica Federal

Banco do Nordeste do Brasil S. A

Banco da Amazônia S.A

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)